

LOJAS AMERICANAS S.A.

Notas explicativas da Administração às informações trimestrais
30 de setembro de 2010.

(Em milhares de Reais, exceto os valores por quantidades de ações)

1. Contexto operacional

A Lojas Americanas S.A. ("Companhia") se dedica ao comércio de varejo de produtos de consumo, através de 497 lojas (em 31 de dezembro de 2009 - 472 lojas), sendo 298 lojas no modelo tradicional e 199 lojas no modelo Americanas Express, situadas nas principais capitais e cidades do País e 3 centros de distribuição. A Companhia atua, também, (i) no comércio eletrônico, através da sua controlada B2W - Companhia Global do Varejo ("B2W"), que reúne os sites: www.americanas.com, www.submarino.com.br, www.blockbuster.com.br e www.shoptime.com.br (este com as opções de compras através de canal de TV e catálogo), além de oferecer serviços de comércio eletrônico terceirizado para algumas das empresas líderes na área de bens de consumo (business to business to consumer - B2B2C) (ii) na venda de ingressos para eventos, shows, e pacotes turísticos através das suas controladas indiretas Ingresso.com S.A. (www.ingresso.com.br) e Submarino Viagens e Turismo Ltda., (iii) na exploração do desenvolvimento e sub-franquia no Brasil das atividades de locação, vendas de DVDs e games, sob a marca BLOCKBUSTER® através, principalmente, das lojas modelo Americanas Express e da controlada BWU - Comércio e Entretenimento S.A. ("BWU") e (iv) através das suas controladas em conjunto, FAI- Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FAI") e Facilita Promotora S.A. ("Facilita"), na oferta de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, que incluem empréstimo pessoal, nas modalidades de cheque e cartão, seguros, bem como a emissão e administração de cartões de créditos de marca própria ("Private Label") e cartão VISA e MASTERCARD ("Cobranded").

2. Apresentação das informações trimestrais

As Informações Trimestrais individuais da controladora para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, bem como para a data de 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A autorização para conclusão destas informações trimestrais pela Administração ocorreu em 05 de maio de 2011

A preparação das Informações Trimestrais da controladora e consolidadas requer o uso de premissas e estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam os

saldos ativos e passivos. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e/ou o uso de estimativas e premissas relevantes para as Demonstrações Financeiras estão divulgadas na Nota 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Informações Trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2010. As Informações Trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados pelo valor justo). Os valores ativos e/ou passivos que representam itens objeto de “*hedge*” a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações no valor justo relacionadas aos riscos objeto de “*hedge*”.

Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 4.

As Informações Trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, conforme requerido pela legislação brasileira vigente, sendo que para fins de IFRS estes investimentos deveriam ser avaliados a custo ou ao valor justo, bem como a manutenção do saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, o qual vem sendo amortizado, sendo que para fins de IFRS estes gastos não se qualificam para reconhecimento como ativo. Dessa forma, essas Informações Trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs.

2. Apresentação das Informações Trimestrais--Continuação

Critérios de consolidação

As Informações Trimestrais consolidadas incluem as Informações Trimestrais da controladora Lojas Americanas S.A. e daquelas empresas, onde a Companhia detém o controle (direta ou indiretamente), bem como aquelas onde o controle é compartilhado, detalhadas na Nota 10. Os exercícios sociais das subsidiárias e controladas em conjunto incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

Conforme previsto Pronunciamento Técnico CPC 19 (IAS 31) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*'Joint Venture'*), a consolidação da FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FAI"), bem como da Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. (controlada em conjunto indireta), foram efetuadas proporcionalmente à participação da controladora no capital dessas empresas (50%), por se tratarem de empresas cujo controle é compartilhado, conforme definido em acordo de acionistas daquelas controladas em conjunto.

As controladas e controladas em conjunto são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

As subsidiárias são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e o resultado das empresas, corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações: (i) participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias; e (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Os principais valores, já considerado o percentual de participação (direto e indireto), das Informações Trimestrais da controlada em conjunto direta consolidada proporcionalmente, são como segue:

2. Apresentação das Informações Trimestrais--Continuação

FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. crédito, financiamento e investimento:

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009:

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>		<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	2.614	1.324	Depósitos interfinanceiros	190.934	211.055
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.993	12.822	Operações com cartão de crédito	298.435	203.308
Operações de crédito	351.982	335.044	Outros	24.424	8.126
Outros	11.562	26.038			
	<u>374.151</u>	<u>375.228</u>		<u>513.793</u>	<u>422.489</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Exigível a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.097	46.398	Obrigações fiscais previdenciárias e outras	-	18.780
Outros	111	2.076	Outros	-	768
	<u>108.208</u>	<u>48.474</u>		<u>-</u>	<u>19.548</u>
			Patrimônio líquido		
	<u>36.052</u>	<u>35.915</u>	Capital social	115.096	109.974
	<u>518.411</u>	<u>459.617</u>	Prejuízos acumulados	(110.478)	(92.394)
Permanente				<u>4.618</u>	<u>17.580</u>
			Total do passivo	<u>518.411</u>	<u>459.617</u>
Total do ativo	<u>518.411</u>	<u>459.617</u>			

Demonstração dos resultados dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 30 de setembro de 2009:

	<u>30/9/10</u>	<u>30/9/09</u>
Receita líquida de vendas	156.130	129.120
Custo das mercadorias vendidas e/ou dos serviços prestados	(14.022)	(21.576)
Lucro bruto	142.108	107.544
Depreciação e amortização	(744)	(2.099)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(148.337)	(140.957)
Receita / (Despesa) financeira	(438)	359
Participação em controladas e controlada em conjunto	-	-
Outras despesas operacionais	(8.338)	(2.757)
Lucro operacional	(15.749)	(37.910)
Imposto de renda e contribuição social	6.364	17.035
Participações dos empregados	(111)	(20)
Participações de não controladores	-	-
Lucro líquido do período	<u>(9.496)</u>	<u>(20.895)</u>

Os ativos, passivos e resultados da controlada em conjunto Submarino Finance não são representativos para o consolidado da Companhia.

3. Resumo das principais políticas contábeis

a) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Informações Trimestrais da controladora e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos,

bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das Informações Trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir.

Provisão para devedores duvidosos

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos de lojas e centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques.

Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

a) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. No caso da Companhia a avaliação considerou cada uma de suas lojas como unidade geradora de caixa.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

- ▶ **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- a) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

Impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A

recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

a) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Os fundamentos e natureza da provisão para contingências estão descritos na Nota 19.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Informações Trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

b) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- ▶ As receitas de vendas de mercadorias e serviços que incluem o frete cobrado de clientes, no consolidado, oriundo da controlada B2W, são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculado

sobre as vendas a prazo e os impostos sobre as vendas. Os pedidos de venda da controlada B2W aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como “outras obrigações” classificadas no passivo circulante. Na controlada em conjunto FAI, a receita de juros é registrada segundo o regime de competência e adicionada ao montante de principal das operações de crédito em cada período. A apropriação de juros é geralmente descontinuada em todas as operações de crédito que não sejam consideradas como cobráveis em relação ao principal ou aos juros, a menos que o recebimento do principal e dos juros seja assegurado por caução, penhor ou outras garantias e esteja em processo de cobrança.

▶ O custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados incluem o custo de aquisição de mercadorias e custos com serviços, deduzido das bonificações em produtos recebidas dos fornecedores, quando aplicável. Nas controladas em conjunto FAI e SUBMARINO FINANCE, incluem as despesas da intermediação financeira com as operações de captação no mercado;

▶ As despesas com publicidade são reconhecidas no resultado quando da sua efetiva veiculação deduzido da participação dos fornecedores;

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Apuração do resultado -- Continuação

▶ Despesas com frete, na controladora, relacionadas ao transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas físicas, são incorporadas ao custo. Na controlada B2W, as despesas com fretes relacionadas à entrega de mercadorias ao consumidor são classificadas como despesas com vendas.

c) Moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das Informações Trimestrais da controladora e consolidadas.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data de contratação e com risco insignificante de

mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão para crédito de liquidação duvidosa. As vendas efetuadas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais estão registradas na rubrica "Demais contas a receber".

f) Estoque

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), das bonificações recebidas dos fornecedores, quando aplicável, que não excede o seu valor de realização líquido.

g) Investimentos em controladas e controladas em conjunto

Os investimentos da Companhia em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (IAS 28) para fins de Informações Trimestrais da controladora. As práticas contábeis utilizadas pelas controladas e controladas em conjunto são uniformes em relação às da controladora e a data-base das Informações Trimestrais utilizadas no cálculo da equivalência patrimonial é coincidente ao da Companhia. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas e nas controladas em conjunto é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas empresas.

A participação societária nas controladas e controladas em conjunto é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das investidas.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item

substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16) e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Imobilizado—Continuação

atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados

da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional, bem como pela revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

i) Intangível

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos, inclusive de incorporação, decorrentes de expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nas investidas. Os valores de ágios por expectativa de rentabilidade futura não são mais amortizados a partir de 1º de janeiro de 2009 e têm o seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que julgado necessário.

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de web sites (principal canal de vendas da controlada B2W), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), bem como desenvolvimento gráfico são registrados no

intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos na Nota 13.

Outros ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao seu custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis na Nota 13.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

j) Arrendamento mercantil

▶ Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

▶ Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo o regime de competência dos exercícios.

k) Custos de empréstimos

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados sem destinação específica, mas utilizados com o propósito de adquirir e/ou construir ativo que requer um tempo significativo para ser concluído ("ativo qualificável") são capitalizados, pela controlada B2W, durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. O montante dos encargos sobre empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo qualificável, e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o período.

Na Companhia, os impactos da contabilização dos custos dos empréstimos tomados com o propósito de adquirir e/ou construir ativos qualificáveis não são relevantes, em função do pouco tempo empregado na montagem das lojas (seu principal ativo qualificável) e, portanto, não foram contabilizados.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) Ativo diferido

Em conexão com a Lei nº 11.941/09 e CPC 43, a Companhia (controladora) optou em manter até a sua realização total, no grupo Ativo Diferido, os saldos relacionados com despesas pré-operacionais que apresentam evidência de recuperabilidade, para amortização durante o prazo dos benefícios esperados. O efeito da manutenção do saldo de Ativo Diferido é totalmente eliminado na preparação e apresentação das Informações Trimestrais consolidadas nas Notas 4 e 14.

m) Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e com contribuição social representam a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e para contribuição social estão baseadas no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, e incluem, quando aplicável, os lucros auferidos no exterior pelas controladas Klanil Services Ltd. e Louise Holdings Ltd. e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% da base tributável. No caso da controlada em conjunto FAI, a alíquota de contribuição social sobre o lucro tributável é de 15% conforme Lei nº 11.727/08. As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas Informações Trimestrais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Informações Trimestrais e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social diferidos forem realizados.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

m) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos apenas se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 10,84% a.a. em 30 de setembro de 2010 (11,76% a.a. e 13,08% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009, respectivamente) sendo a mínima de 8,50% a.a. em 30 de setembro de 2010 (9,27% a.a. e 11,06% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009, respectivamente) e máxima de 12,66% a.a. em 30 de setembro de 2010 (17,79% a.a. e 15,00% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009, respectivamente), base das captações para os respectivos períodos. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “Fornecedores” e “Estoques” na Nota 7 e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica “Custo das mercadorias vendidas”.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Ajuste a valor presente--Continuação

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. O mesmo tratamento foi dado aos impostos incidentes sobre essas vendas, considerando-se a alíquota efetiva dos mesmos. Utilizou-se a taxa média de 10,42% a.a. em 30 de setembro de 2010 (11,76% a.a. e 14,25% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009, respectivamente) sendo a mínima de 9,68% a.a. em 30 de setembro de 2010 (9,27% e 11,76% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009, respectivamente) e máxima de 11,26% a.a. em 30 de setembro de 2010 (17,79% a.a. e 19,03% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009, respectivamente), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas base. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" na Nota 6 e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo.

o) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e caixa equivalente, títulos e valores mobiliários, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data base de fechamento das Informações Trimestrais, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: (i) ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis, (iv) ativos financeiros disponíveis para a venda.

3. **Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

o) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis: Após reconhecimento inicial, empréstimos e recebíveis sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos e ativos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

3. **Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

o) Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos, tais como contratos de swaps para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Tendo em vista que a Companhia e suas controladas fazem uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), é adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

A Companhia e suas controladas não possuíam hedge de fluxo de caixa ou hedge de investimentos no exterior.

Os empréstimos e financiamentos estão inicialmente mensurados pelo valor justo líquidos dos custos de transação incorridos. Os empréstimos e financiamentos não cobertos por instrumentos de proteção são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método dos juros efetivos, enquanto aqueles cobertos sujeitos à contabilidade de hedge (“hedge accounting”), são ajustadas pelos efeitos do valor justos dos riscos cobertos.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

p) Programas de opção de compra de ações e compra de ações financiadas

O valor justo dos respectivos instrumentos patrimoniais é calculado na data da outorga dos programas de subscrições (Companhia) e opções de compra de ações (controlada B2W), com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia e da controlada B2W (calculada com base no histórico do preço de suas ações), taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato (“*vesting period*”) e expectativa de distribuição de dividendos. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário, considerando a expectativa de desistência. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota 21.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia, suas controladas e sua controlada em conjunto, decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia, suas controladas e sua controlada em conjunto, possui em uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

r) Lucro líquido por ação

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33), o lucro líquido é calculado e apresentado no formato básico e diluído, conforme descrito na Nota 26.

s) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (IAS 7).

t) Apresentação de informações por segmento

Segmentos operacionais são reportados de forma consistente com a estrutura organizacional e com relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor Superintendente da Companhia. As informações por segmento foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 (IFRS 8) e estão divulgadas na Nota 29.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

u) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações Trimestrais individuais e como informação suplementar às Informações Trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as Informações Trimestrais da Companhia (controladora e consolidada) eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da CVM, pronunciamentos técnicos do CPC até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pela CVM para as Informações Trimestrais individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional ("IFRS"), emitidos pelo "International Accounting Standards Board - IASB" para as Informações Trimestrais consolidadas.

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

O CPC 37R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 30 de setembro 2010, conseqüentemente as Informações Trimestrais consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo as reconciliações do Patrimônio Líquido e do Resultado, com aquelas adotadas na apresentação das informações financeiras comparativas estão descritas abaixo.

Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

O CPC 37R (IFRS 1) permite às empresas a adoção de certas isenções voluntárias. A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o resultado da análise dessas isenções sobre as suas operações e o tratamento dado pela Companhia (com indicação a correspondente Norma Internacional). As isenções a seguir são aplicáveis às operações:

a) Isenção para combinações de negócios:

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 15 (IFRS 3R) a partir do exercício iniciado em 01 de janeiro de 2009;

b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição

A Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõe o saldo deste ativo e a relevância deste critério;

As isenções a seguir não são aplicáveis às operações e não impactam nas Informações Trimestrais na data da adoção inicial:

a) Benefícios a empregados Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19)

A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido;

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

b) Contratos de seguros Pronunciamento Técnico CPC 11 (IFRS 4)

A norma não é aplicável às operações da Companhia;

c) Contratos de concessão ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia não possui operações de concessão de serviços públicos;

d) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis Pronunciamento Técnico CPC 02 (IAS 21)

A norma não é aplicável às operações da Companhia.

e) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos

A Companhia não possui operações com passivos financeiros compostos.

f) Investimentos em controladas, ativos e passivos de controladas, passivos em desativação e transferências de ativos de cliente

Estas normas, que resumidamente permitem adoção de data de transição diversa de 1º de janeiro de 2009 para estes assuntos, não trazem impactos práticos na primeira adoção dos CPCs pela Companhia.

O CPC 37R (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva--Continuação

a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC;

b) Registro de operações de hedge

O CPC 37 R (IFRS 1) proíbe a aplicação retrospectiva da metodologia de 'hedge accounting'. Todavia, uma vez que todos os instrumentos de hedge da Companhia já estavam adequadamente designados como tal na data de transição, esta proibição não gera efeitos para fins da primeira aplicação dos CPCs;

c) Mudanças nas estimativas

As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores;

d) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Companhia não possui operações que estivessem sujeitas a estas norma.

Em conformidade ao CPC 37R (IFRS 1) a Companhia apresenta a conciliação do ativo, passivo, resultado, patrimônio líquido e fluxos de caixa, da Controladora e Consolidado, das informações tornadas públicas anteriormente nas Informações Trimestrais referentes aos períodos de 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados originalmente de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade --Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas

Balanco patrimonial na data de transição (1º de janeiro de 2009)

	Controladora			Nota	Consolidado		
	Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado de acordo com os IFRS		Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado de acordo com os IFRS
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	55.741	-	55.741		112.690	-	112.690
Títulos e valores mobiliários	1.025.618	-	1.025.618		2.172.195	-	2.172.195
Contas a receber de clientes	176.073	17.021	193.094	(a)	888.905	68.040	956.945
Estoques	655.178	(10.813)	644.365	(b)	1.000.246	(14.253)	985.993
Impostos a recuperar	85.891	-	85.891		122.506	-	122.506
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.305	(44.305)	-	(c)	150.863	(150.863)	-
Dividendos a receber	10.378	-	10.378		-	-	-
Despesas antecipadas	31.419	(26.890)	4.529	(a)	144.944	(114.684)	30.260
Demais contas a receber	74.651	68.342	142.993	(d)	138.271	68.342	206.613
	<u>2.159.254</u>	<u>3.355</u>	<u>2.162.609</u>		<u>4.730.620</u>	<u>(143.418)</u>	<u>4.587.202</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários	-	-	-		5.846	-	5.846
Empréstimos e adiantamentos a sociedades controladas	2.498	-	2.498		-	-	-
Contas a receber de acionistas - Plano de Subscrição de ações	81.256	-	81.256		81.256	-	81.256
				(a), (b),			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.197	51.337	57.534	(c), (e)	88.480	242.532	331.012
Depósitos judiciais	39.915	-	39.915		55.443	-	55.443
Impostos a recuperar e demais contas a receber	14.779	-	14.779		25.921	-	25.921
	<u>144.645</u>	<u>51.337</u>	<u>195.982</u>		<u>256.946</u>	<u>242.532</u>	<u>499.478</u>
Investimentos							
Imobilizado	526.433	(9.845)	516.588	(f)	-	-	-
Intangível	419.034	-	419.034		498.451	-	498.451
Diferido	563.295	(106.659)	456.636	(g)	825.525	(106.659)	718.866
	102.331	-	102.331	(e)	181.350	(181.350)	-
	<u>1.755.738</u>	<u>(65.167)</u>	<u>1.690.571</u>		<u>1.762.272</u>	<u>(45.477)</u>	<u>1.716.795</u>
Total do ativo	<u>3.914.992</u>	<u>(61.812)</u>	<u>3.853.180</u>		<u>6.492.892</u>	<u>(188.895)</u>	<u>6.303.997</u>

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade --Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas--Continuação

Balanco patrimonial na data de transição (1º de janeiro de 2009)--Continuação

	Controladora				Consolidado		
	Originalment e publicado	Ajustes	Reapresentad o de acordo com os IFRS	Nota	Originalment e publicado	Ajustes	Reapresentad o de acordo com os IFRS
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	953.976	68.343	1.022.319	(d)	1.515.516	68.342	1.583.858
Empréstimos e financiamentos	729.641	-	729.641		1.826.670	-	1.826.670
Debêntures	87.527	-	87.527		113.412	-	113.412
Salários e encargos trabalhistas	21.861	-	21.861		34.635	-	34.635
Impostos, taxas e contribuições	116.911	-	116.911		155.517	-	155.517
Dividendos e participações propostos	37.400	-	37.400		45.385	-	45.385
Provisão para contingências	17.578	-	17.578		20.087	-	20.087
Outros Circulantes	61.449	-	61.449		153.980	-	153.980
	<u>2.026.343</u>	<u>68.343</u>	<u>2.094.686</u>		<u>3.865.202</u>	<u>68.342</u>	<u>3.933.544</u>
Não circulante							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e adiantamentos de sociedades controladas	2.567	-	2.567		-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.072.193	-	1.072.193		1.344.967	-	1.344.967
Debêntures	366.980	-	366.980		729.888	-	729.888
Impostos, taxas e contribuições	56.254	-	56.254		77.604	-	77.604
Provisão para contingências	45.042	-	45.042		52.336	-	52.336
Provisão para perda com investimento	22.886	-	22.886		-	-	-
Adiantamento por cessão de direito de uso de lavra	28.305	-	28.305		23.588	-	23.588
Demais contas a pagar	-	-	-		14.734	-	14.734
	<u>1.594.227</u>	<u>-</u>	<u>1.594.227</u>		<u>2.243.117</u>	<u>-</u>	<u>2.243.117</u>
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	(j)	90.151	(90.151)	-
Patrimônio líquido							
Capital Social	273.718	-	273.718		273.718	-	273.718
Reservas de capital	3.381	-	3.381		3.381	-	3.381
Ágio em transações de capital	-	(106.659)	(106.659)		-	(106.659)	(106.659)
Reservas de lucros	174.869	(23.496)	151.373		174.869	(120.848)	54.021
Ações em tesouraria	(155.242)	-	(155.242)		(155.242)	-	(155.242)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(2.304)	-	(2.304)		(2.304)	-	(2.304)
Participação de não controladores	-	-	-		-	60.421	60.421
	<u>294.422</u>	<u>(130.155)</u>	<u>164.267</u>		<u>294.422</u>	<u>(167.086)</u>	<u>127.336</u>
Total do passivo	<u>3.914.992</u>	<u>(61.812)</u>	<u>3.853.180</u>		<u>6.492.892</u>	<u>(188.895)</u>	<u>6.303.997</u>

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade --Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas--Continuação

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Nota	Consolidado		
	Originalment e publicado	Ajustes	Reapresentad o de acordo com os IFRS		Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentad o de acordo com os IFRS
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	74.001	-	74.001		141.780	-	141.780
Títulos e valores mobiliários	1.137.947	-	1.137.947		2.067.083	-	2.067.083
Contas a receber de clientes	351.346	8.874	360.220	(a)	999.734	23.292	1.023.026
Estoques	772.807	(10.691)	762.116	(b)	1.263.404	(15.519)	1.247.885
Impostos a recuperar	116.539	-	116.539		182.172	-	182.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.706	(24.706)	-	(c)	68.350	(68.350)	-
Dividendos a receber	6.403	-	6.403		-	-	-
Despesas antecipadas	12.569	(9.565)	3.004	(a)	85.387	(68.505)	16.882
Demais contas a receber	83.923	76.017	159.940	(d)	120.007	105.381	225.388
	<u>2.580.241</u>	<u>39.929</u>	<u>2.620.170</u>		<u>4.927.917</u>	<u>(23.701)</u>	<u>4.904.216</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários	-				5.378		5.378
Empréstimos e adiantamentos a sociedades controladas	7.583	-	7.583		-	-	-
Contas a receber de acionistas - Plano de Subscrição de ações	35.735	-	35.735	(a),(b)	35.735	-	35.735
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.068	28.617	49.685), (c), (e)	161.910	162.684	324.594
Depósitos judiciais	40.521	-	40.521		62.590	-	62.590
Impostos a recuperar e demais contas a receber	10.068	-	10.068		10.108	-	10.108
	<u>114.975</u>	<u>28.617</u>	<u>143.592</u>		<u>275.721</u>	<u>162.684</u>	<u>438.405</u>
Investimentos Imobilizado	531.864	(9.368)	522.496	(f)	-	-	-
	395.060	-	395.060		494.536	-	494.536
Intangível	566.087	(119.615)	446.472	(g), (h)	917.923	(111.705)	806.218
Diferido	74.476	-	74.476	(e)	135.546	(135.546)	-
	<u>1.682.462</u>	<u>(100.366)</u>	<u>1.582.096</u>		<u>1.823.726</u>	<u>(84.567)</u>	<u>1.739.159</u>
Total do ativo	<u>4.262.703</u>	<u>(60.437)</u>	<u>4.202.266</u>		<u>6.751.643</u>	<u>(108.268)</u>	<u>6.643.375</u>

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade --Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas--Continuação

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2009--Continuação

	Controladora				Consolidado		
	Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado de acordo com os IFRS	Nota	Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado de acordo com os IFRS
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	1.161.016	76.018	1.237.034	(d)	1.701.727	105.372	1.807.099
Empréstimos e financiamentos	329.423	-	329.423		869.176	-	869.176
Debêntures	12.179	-	12.179		30.014	-	30.014
Salários e encargos trabalhistas	23.218	-	23.218		34.757	-	34.757
Impostos, taxas e contribuições	136.891	-	136.891		161.936	-	161.936
Dividendos e participações propostos	45.792	-	45.792		51.121	-	51.121
Provisão para contingências	10.502	-	10.502		15.300	-	15.300
Outros circulantes	95.686	-	95.686		251.629	-	251.629
	1.814.707	76.018	1.890.725		3.115.660	105.372	3.221.032
Não circulante							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e adiantamentos de sociedades controladas	35.689	-	35.689		-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.515.068	-	1.515.068		2.225.250	-	2.225.250
Debêntures	366.208	-	366.208		729.451	-	729.451
Impostos, taxas e contribuições	50.790	41	50.831	(b)	83.428	18.304	101.732
Provisão para contingências	56.731	-	56.731		73.572	-	73.572
Provisão para perda com investimento	16.618	-	16.618		-	-	-
Adiantamento por cessão de direito de uso de lavra	26.775	-	26.775		22.313	-	22.313
Demais contas a pagar	1	-	1		14.714	-	14.714
	2.067.880	41	2.067.921		3.148.728	18.304	3.167.032
Participações de acionistas não controladores	-	-	-	(j)	107.139	(107.139)	-
Patrimônio líquido							
Capital Social	242.845	-	242.845		242.845	-	242.845
Reservas de capital	5.303	-	5.303		5.303	-	5.303
Ágio em Transações do Capital	-	(111.697)	(111.697)	(g), (h)	-	(111.697)	(111.697)
Reservas de lucros	288.465	(23.496)	264.969		288.465	(95.478)	192.987
Ações em tesouraria	(157.793)	-	(157.793)		(157.793)	-	(157.793)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.296	-	1.296		1.296	-	1.296
Prejuízo acumulado	-	(1.303)	(1.303)		-	(1.303)	(1.303)
Participação de não controladores	-	-	-		-	83.673	83.673
	380.116	(136.496)	243.620		380.116	(124.805)	255.311
Total do passivo	4.262.703	(60.437)	4.202.266		6.751.643	(108.268)	6.643.375

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas--Continuação

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora				Consolidado		
	Originalmente publicado	Ajustes	Reapresentado de acordo com IFRS	Nota	Originalmente publicado	Ajustes	Originalmente publicado
Resultado							
Receita bruta de vendas e serviços	5.579.294	-	5.579.294	(e)	10.592.632	(889.475)	9.703.157
Impostos, devoluções sobre vendas e serviços	(969.825)	-	(969.825)	(e)	(2.257.651)	729.181	(1.528.470)
Receita líquida de vendas e serviços	4.609.469	-	4.609.469		8.334.981	(160.294)	8.174.687
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(3.218.433)	122	(3.218.311)	(b)	(5.757.531)	159.028	(5.598.503)
Lucro bruto	1.391.036	122	1.391.158		2.577.450	(1.266)	2.576.184
Receitas (despesas) operacionais							
Com vendas	(693.528)	-	(693.528)	(i)	(1.347.192)	(6.087)	(1.353.279)
Gerais e administrativas	(46.829)	-	(46.829)		(118.071)	-	(118.071)
Honorários dos administradores	(6.692)	-	(6.692)		(11.901)	-	(11.901)
Depreciação e amortização	(120.987)	-	(120.987)	(e)	(184.333)	45.804	(138.529)
Participação em controladas e controlada em conjunto	11.657	477	12.134	(f)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.202)	(11.997)	(32.199)	(h)	(103.928)	(11.997)	(115.925)
	(876.581)	(11.520)	(888.101)		(1.765.425)	27.720	(1.737.705)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	514.455	(11.398)	503.057		812.025	26.454	838.479
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	105.594	34.205	139.799		306.478	130.014	436.492
Despesas financeiras	(402.643)	(25.027)	(427.670)	(a, k)	(854.951)	(114.588)	(969.539)
Lucro do exercício antes do imposto de renda, contribuição social e das participações	217.406	(2.220)	215.186		263.552	41.880	305.432
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	(53.687)	-	(53.687)	(a),(b), (e), (f), (g),(h)	(79.989)	-	(79.989)
IR Diferido	(4.331)	917	(3.414)		(3.423)	(11.561)	(14.984)
Participações de empregados e diretores	(7.360)	-	(7.360)		(20.656)	-	(7.456)
Participação não controladores					(7.456)	(6.252)	(26.908)
Lucro líquido do exercício	152.028	(1.303)	150.725		152.028	24.067	176.095

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade --Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas--Continuação

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2010

	Controladora				Consolidado		
	Originalmente publicado 30/9/2010	Ajustes	Representado de acordo com os		Originalmente publicado 30/9/2010	Ajustes	Representado de acordo com os IFRS 30/9/2010
			IFRS 30/9/2010	Notas			
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e bancos	107.225	-	107.225		122.201	-	122.201
Títulos e valores mobiliários	587.820	-	587.820		1.552.200	-	1.552.200
Contas a receber de clientes	533.369	1.360	534.729	(a)	1.614.804	3.131	1.617.935
Estoques	797.079	(6.611)	790.468	(b)	1.323.524	(10.551)	1.312.973
Impostos a recuperar	187.107	-	187.107		243.128	-	243.128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.122	(23.122)	-	(c)	73.592	(73.592)	-
Despesas antecipadas	9.847	(1.360)	8.487	(a)	70.661	(39.332)	31.329
Demais contas a receber	88.012	48.967	136.979	(d)	130.662	94.413	225.075
Total do ativo circulante	2.333.581	19.234	2.352.815		5.130.772	(25.931)	5.104.841
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo:							
Títulos e valores mobiliários	-	-	-		5.613	-	5.613
Empréstimos a sociedades controladas	3.762	-	3.762		-	-	-
Contas a receber de acionistas - Plano de Ação	57.785	-	57.785		57.785	-	57.785
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.177	26.757	40.934	(a), (b), (c), (e)	166.067	147.492	313.559
Depósitos judiciais	40.117	-	40.117		65.166	-	65.166
Despesas antecipadas	-	-	-		-	-	-
Impostos a recuperar e demais contas a receber	8.065	-	8.065		8.105	-	8.105
Investimentos	552.750	4.521	557.271	(f)	-	-	-
Imobilizado	396.113	18.811	414.924	(g)	524.439	22.263	546.702
Intangível	587.794	(119.615)	468.179	(h), (i)	1.046.765	(86.539)	960.226
Diferido	55.340	-	55.340	(e)	104.111	(104.111)	-
Total do ativo não circulante	1.715.903	(69.526)	1.646.377		1.978.051	(20.895)	1.957.156
TOTAL DO ATIVO	4.049.484	(50.291)	3.999.192		7.108.823	(46.826)	7.061.997

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade --Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas--Continuação

Balanco patrimonial em 30 de setembro de 2010

	Controladora				Consolidado		
	Originalmente publicado 30/9/2010	Ajustes	Representado de acordo com os		Originalmente publicado 30/9/2010	Ajustes	Representado de acordo com os IFRS 30/9/2010
			IFRS 30/9/2010	Notas			
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	1.083.617	48.967	1.132.584	(d)	1.605.342	94.413	1.699.755
Empréstimos e financiamentos	489.568	-	489.568		1.085.036	-	1.085.036
Debêntures	160.460	-	160.460		339.948	-	339.948
Salários e encargos trabalhistas	29.337	-	29.337		44.571	-	44.571
Impostos, taxas e contribuições	108.753	-	108.753		143.304	-	143.304
Dividendos e participações propostos	-	-	-		249	-	249
Provisão para contingências	9.504	-	9.504		15.699	-	15.699
Outros circulantes	52.950	-	52.950		258.598	-	258.598
Total do passivo circulante	1.934.189	48.967	1.983.156		3.492.747	94.413	3.587.160
NÃO CIRCULANTE							
Exigível a longo prazo:							
Empréstimos de sociedades controladas	2.567	-	2.567		-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.225.440	-	1.225.440		2.287.971	-	2.287.971
Debêntures	222.902	-	222.902		519.029	-	519.029
Impostos, taxas e contribuições	45.994	7.783	53.777	(b)	61.013	28.415	89.428
Provisão para contingências	50.098	-	50.098		66.838	-	66.838
Provisão para perda com investimento	16.151	-	16.151		-	-	-
Adiantamento por cessão de direito de uso de lavra	25.628	-	25.628		21.356	-	21.356
Demais contas a pagar	-	-	-		19.289	-	19.289
Total do passivo não circulante	1.588.780	7.783	1.596.563		2.975.496	28.415	3.003.911
Participação de não controladores	-	-	-	(j)	114.065	(114.065)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	275.054	-	275.054		275.054	-	275.054
Reservas de capital	9.890	-	9.890		9.890	-	9.890
Ágio em transações do Capital	-	(111.697)	(111.697)		-	(111.697)	(111.697)
Reservas de lucros	288.465	(24.342)	264.969	(h), (i)	288.465	(104.148)	192.987
Ações em tesouraria	(154.107)	-	(154.107)		(154.107)	-	(154.107)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	934	457	1.391		934	495	1.429
Resultado Abrangente	1.694	-	1.694		1.694	-	1.694
Lucros acumulados	104.585	28.997	132.279		104.585	44.888	149.473
Participação de não controladores	-	-	-	(j)	-	106.202	106.202
Total do patrimônio líquido	526.515	(106.585)	419.473		526.515	(64.260)	470.925
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.049.484	(49.835)	3.999.192		7.108.823	(55.496)	7.061.997

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

Demonstração do resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009

	Controladora				Consolidado		
	Originalmente publicado	Ajustes	Representado de acordo com os Novos CPCs	Notas	Originalmente publicado	Ajustes	Representado de acordo com os Novos CPCs
RESULTADO							
RECETA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	4.177.229	-	4.177.229	(e)	8.224.638	823.071	7.401.567
Impostos, devoluções sobre vendas e serviços	(649.859)	-	(649.859)	(e)	(1.685.682)	(727.820)	(957.862)
RECETA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	3.527.370	-	3.527.370		6.538.956	95.251	6.443.705
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2.519.341)	(4.080)	(2.515.261)	(b)	(4.602.930)	(100.219)	(4.502.711)
LUCRO BRUTO	1.008.029	(4.080)	1.012.109		1.936.026	(4.968)	1.940.994
RECETAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Com vendas	(540.922)	-	(540.922)	(j)	(1.061.582)	4.479	(1.066.061)
Gerais e administrativas	(37.567)	-	(37.567)		(93.446)	-	(93.446)
Honorários dos administradores	(7.840)	-	(7.840)		(12.649)	-	(12.649)
Depreciação e amortização	(90.758)	(18.811)	(71.947)	(e)	(161.857)	(69.129)	(92.728)
Participação em controladas e controlada em conjunto	18.910	(13.889)	32.799	(f)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.012)	-	(1.012)	(i)	(33.897)	-	(33.897)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	348.840	(36.780)	385.620		572.595	(69.618)	642.213
RESULTADO FINANCEIRO							
	(197.776)	-	(197.776)		(407.926)	(22.535)	(385.391)
Receitas financeiras	96.139	(1.360)	97.499		248.325	(1.360)	249.685
Despesas financeiras	(293.915)	1.360	(295.275)	(a), (m)	(656.251)	(21.175)	(635.076)
Lucro do exercício antes do imposto de renda, contribuição social e das participações	151.064	(36.780)	187.844		164.669	(92.153)	256.822
Imposto de renda e contribuição social	(46.479)	(7.783)	(54.262)		(54.869)	(30.309)	(85.178)
Corrente	(36.591)	-	(36.591)		(43.686)	-	(43.686)
IR Diferido	(9.888)	(7.783)	(17.671)	(a), (b), (e), (f), (h), (i)	(11.183)	(30.309)	(41.492)
Lucro do exercício antes das participações	104.585	28.997	133.582		109.800	61.844	171.644
Participação de empregados e diretores	-	-	-		(5.104)	4.992	(112)
Participações minoritárias	-	-	-		(111)	(20.646)	(20.757)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	104.585	28.997	133.582		104.585	46.190	150.775

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

Conciliação das práticas contábeis aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais anteriormente apresentadas--Continuação

O sumário dos ajustes realizados é apresentado como segue:

Controladora					
Nota	Patrimônio líquido			Resultado do exercício	
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	30.06.2009
	Conforme adoção do CPCs	419.473	243.620	164.267	133.582
Ajuste de desreconhecimento de antecipação de recebíveis (a)	-	691	9.869	-	(4.973)
Ajuste de bonificação de estoques (b)	6.611	10.691	10.813	(4.080)	(4.030)
Ajuste investimentos (f)	(4.521)	9.368	9.845	(13.889)	1.247
Ajuste ágio reflexo (h)	106.659	106.659	106.659	-	-
Ajuste revisão vida útil do Imobilizado e intangível (g)	(18.811)	-	-	(18.811)	-
Ajuste compra e venda ações B2W (h)	12.956	12.956	-	-	6.310
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c)	4.148	(3.869)	(7.031)	7.783	916
BR GAAP (vigente até 30.09.2010)	<u>526.515</u>	<u>380.116</u>	<u>294.422</u>	<u>104.585</u>	<u>15.090</u>

Consolidado					
Nota	Patrimônio líquido			Resultado do exercício	
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	30.09.2009
	Conforme adoção do IFRS	470.925	255.311	127.336	150.776
Ajuste de desreconhecimento de antecipação de recebíveis (a)	11.918	24.719	32.235	(12.801)	4.201
Ajuste de bonificação de estoques (b)	10.551	15.519	14.253	(4.968)	(3.198)
Ajuste ágio reflexo (h)	106.659	106.659	106.659	-	-
Ajuste revisão vida útil do Imobilizado e intangível (g)	(37.694)	-	-	(37.694)	-
Ajuste compra e venda ações B2W (h)	12.956	12.956	-	-	6.310
Ajuste de capitalização de juros (l)	(17.644)	(7.910)	-	(9.734)	(5.732)
Ajuste PDD - FAI (j)	24.975	20.496	14.409	4.479	3.014
Ajuste de baixa do diferido (e)	103.667	135.546	181.350	(31.435)	(34.545)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (c)	(45.733)	(76.041)	(91.669)	30.308	7.844
Ajuste participação de acionistas minoritários (k)	(114.065)	(107.139)	(90.151)	15.654	2.452
BR GAAP (vigente até 30.09.2010)	<u>526.515</u>	<u>380.116</u>	<u>294.422</u>	<u>104.585</u>	<u>15.090</u>

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade --Continuação

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do período da Controladora com o Consolidado conforme adoção do CPCs

	Nota	Patrimônio líquido		Resultado do trimestre findo em	
		30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	30.09.2009
Controladora		419.473	243.620	133.582	15.620
Baixa do diferido / reversão amortização	(e)	(103.667)	(135.546)	31.435	34.545
Ajuste participação dos acionistas não controladores	(k)	119.872	101.151	(3.553)	(3.676)
IR e CSLL diferidos	(c)	35.247	46.086	(10.688)	(11.745)
Consolidado		470.925	255.311	150.776	34.744

Os principais ajustes e reclassificações estão descritos a seguir:

a) Antecipação de recebíveis

Os recebíveis descontados junto às operadoras de cartões de crédito, registrados até então como redutores do saldo de contas a receber até o seu vencimento original, qualificaram para desreconhecimento, de acordo com o CPC 38. Consequentemente, o ajuste a valor presente, anteriormente calculado sobre o total do saldo a receber das administradoras de cartões de crédito, foi recalculado desconsiderando a parcela dos ativos desreconhecidos, resultando na aceleração de sua realização, a qual foi registrada como “Receita Financeira”. Similarmente, os juros incorridos sobre a antecipação de recebíveis com as administradoras de cartões de crédito, anteriormente registrados como despesas antecipadas e apropriados ao resultado do exercício de acordo com o vencimento original dos recebíveis descontados, foi integralmente reconhecido como “Despesa Financeira”.

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do período da Controladora com o Consolidado conforme adoção do CPCs--Continuação

b) Bonificações

De acordo com CPC 16, descontos comerciais, abatimentos, bonificações, e/ou outras verbas recebidas de fornecedores são deduzidos na determinação do custo do estoque e somente são reconhecidos no resultado no momento da venda do produto ao qual estão vinculados. Este ajuste refere-se ao estorno das verbas recebidas de fornecedores, cujo produto vinculado ainda não havia sido vendido na data-base de preparação das Informações Trimestrais.

c) Reclassificação dos impostos diferidos para o ativo não circulante

O CPC 26 veda a classificação dos impostos diferidos como ativos e/ou passivos circulantes.

d) Contas a receber de bonificações

O saldo a receber de bonificações, antes apresentado como redutor do saldo a pagar a fornecedores, foi reclassificado para o ativo circulante, conforme CPC 26 que impede a compensação de saldos ativos e passivos, exceto quando exista condição legal em realizar a sua liquidação desta forma.

e) Baixa do ativo diferido

Ajuste referente à baixa do ativo diferido, bem como a reversão de sua correspondente despesa de amortização nas Informações Trimestrais consolidadas, conforme requerido pelo CPC 43 (R1) para que estas Informações Trimestrais fiquem de acordo com os IFRS.

f) Investimentos

Ajustes decorrentes do efeito IFRS nas controladas B2W - Companhia Global do Varejo e FAI - Financeira Americanas Itaú S.A.

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do período da Controladora com o Consolidado conforme adoção do CPCs--Continuação

g) Imobilizado

Ajuste decorrente do efeito IFRS da revisão da vida útil do ativo imobilizado que impactou a depreciação do período.

h) Reclassificação do ágio reflexo de ativo intangível para patrimônio líquido

Ajuste decorrente da reclassificação para o patrimônio líquido do ágio reflexo relativo à aquisição pela controlada B2W de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria (Nota 21 e).

i) Transações com ações de controladas

Ajuste decorrente da transferência para o patrimônio líquido das transações de venda e compra envolvendo ações da controlada B2W, com o respectivo estorno do ganho incorrido na alienação e ágio apurado na compra.

j) Provisão devedores duvidosos na controlada em conjunto FAI

Ajuste relativo ao alinhamento da metodologia de cálculo da provisão para devedores duvidosos na controlada em conjunto, anteriormente calculada de acordo com as regras do Banco Central do Brasil, às requeridas pelos CPCs e IFRS.

l) Participação acionistas não controladores

Ajuste referente à reclassificação da participação dos acionistas não controladores para o patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26/IAS 1R.

m) Capitalização de juros

O CPC 20 requer a capitalização dos custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, à construção e/ou à produção de um ativo qualificável. O ajuste em questão refere-se à capitalização dos custos dos empréstimos relacionados aos desenvolvimentos de softwares e *websites* da Companhia.

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

n) Receita Líquida

Parcela do resultado de bonificações antes registrada como receita de vendas, foi reclassificada como redutora do custo das mercadorias vendidas.

Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010, para os quais o CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as Informações Trimestrais da Companhia:

► IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que essa alteração cause impacto significativo em suas Informações Trimestrais.

► IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 cause impacto significativo em suas Informações Trimestrais.

4. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

--Continuação

▶ Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- ▶ IFRS 3 - Combinação de negócios
- ▶ IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros
- ▶ IAS 1 - Apresentação das Informações Trimestrais
- ▶ IAS 27 - Informações Trimestrais consolidadas e individuais
- ▶ IFRIC 13 - Programa de fidelidade a cliente

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas Informações Trimestrais.

5. Títulos e valores mobiliários

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Certificados de Depósito Bancário - CDB's	176.346	446.311	368.251	627.575	787.393	793.554
Títulos e fundos de renda fixa	243.504	571.810	440.428	277.585	604.125	565.256
Debêntures	41.585	80.733	181.224	41.585	641.850	783.516
Outros	126.385	39.093	35.715	611.068	39.093	35.715
	587.820	1.137.947	1.025.618	1.557.813	2.072.461	2.178.041
Parcela do não circulante	-	-	-	(5.613)	(5.378)	(5.846)
Parcela do circulante	587.820	1.137.947	1.025.618	1.552.200	2.067.083	2.172.195

Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa de 100,0% a 102% do CDI em 30 de setembro de 2010 (de 100,0% a 110,0% do CDI em 31 de dezembro de 2009).

Títulos e Fundos de Renda Fixa referem-se, na Controladora, ao Fundo de Renda Fixa aberto composto de 206.618.170,50 cotas (520.330.473,29 cotas em 31 de dezembro de 2009), e no Consolidado de 226.866.763,48 cotas (540.579.066,29 cotas em 31 de dezembro de 2009), de fundo de investimento financeiro administrado por instituição financeira de primeira linha, que aplica basicamente em títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário.

As Debêntures foram emitidas por instituição financeira de primeira linha, e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 104,34% do CDI controladora e consolidado em 30 de setembro de 2010 (até 107,35% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2009), podendo ser negociadas a qualquer momento ("disponível à venda").

6. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Cartões de crédito	304.687	214.124	173.915	1.043.775	457.897	503.945
Cartão de crédito FAI	226.907	141.986	14.437	-	-	-
Débitos eletrônicos e cheques	17.761	11.443	10.128	17.761	11.444	10.128
Financiamentos a clientes	-	-	-	475.375	403.727	257.830
Demais contas a receber	2.368	3.526	3.590	241.940	270.790	283.260
	551.723	371.079	202.070	1.778.851	1.143.858	1.055.163
Ajuste a valor presente	(11.857)	(7.115)	(5.868)	(30.946)	(12.894)	(22.727)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.137)	(3.744)	(3.108)	(129.970)	(107.938)	(75.491)
	534.729	360.220	193.094	1.617.935	1.023.026	956.945

6. Contas a receber de clientes--Continuação

As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até doze meses. O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito, exceto quanto às contas a receber de cartões de crédito administrado pela FAI, controlada em conjunto.

Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas, pela controlada B2W, projetos de fidelidade e acordos comerciais.

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa consideram a média das perdas efetivas dos últimos doze meses, combinada com a análise da Administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencidas. No saldo de R\$ 129.970 registrado em 30 de setembro de 2010 no consolidado (R\$ 87.442, em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 61.082, em 1º de janeiro de 2009), R\$ 98.420 refere-se a provisões constituídas pela controlada em conjunto FAI (R\$ 64.169 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 47.712, em 1º de janeiro de 2009).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(3.108)	(75.491)
Adições	(636)	(98.792)
Baixas ou reversões	-	66.345
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(3.744)	(107.938)
	<hr/>	<hr/>
Adições	(1.393)	(85.440)
Baixas ou reversões	-	63.408
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2010	(5.137)	(129.970)

7. Estoques

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Mercadorias						
Nas lojas	637.025	694.562	551.731	637.205	694.762	552.152
Nos centros de distribuição	169.064	81.563	126.763	706.499	572.173	480.122
Ajuste a valor presente	(14.976)	(18.805)	(22.321)	(27.343)	(24.127)	(32.824)
Suprimentos e embalagens	5.455	7.866	2.992	18.422	21.157	10.753
Provisão para perda e obsolescência	(6.100)	(3.070)	(14.800)	(21.810)	(16.080)	(24.210)
	790.468	762.116	644.365	1.312.973	1.247.885	985.993

8. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	164.017	111.297	59.090	167.916	117.978	59.600
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	5.068	5.116	26.678	18.884	35.710	59.091
PIS e COFINS		-	-	22.987	22.719	25
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	17.797	-	-	28.740	4.036	1.275
Outros	225	126	123	4.601	1.729	2.515
	187.107	116.539	85.891	243.128	182.172	122.506

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativo					
	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Prejuízos fiscais	-	-	-	88.277	73.363	70.183
Bases negativas	-	-	-	32.685	32.966	23.751
Diferenças temporárias:						
Contingências	12.954	19.568	11.804	20.218	35.164	20.833
Excedente de variação cambial sobre swap não liquidados	10.044	7.285	5.701	29.052	16.157	21.729
Amortização/baixa de gastos do ativo diferido não aderentes à Lei 11.638/07	7.294	9.909	13.505	24.469	36.425	40.020
Amortização/baixa ativo diferido referente à adoção inicial IFRS				46.896	61.659	61.659
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	3.399	6.587	9.739	19.401	32.668	46.140
Provisão para devedores duvidosos	2.860	2.080	1.456	39.566	22.508	23.236
Provisão perdas nos estoques	-	1.043	5.032	8.356	5.467	10.359
Outros	4.383	3.213	10.297	4.639	8.217	13.102
Total	40.934	49.685	57.534	313.559	324.594	331.012

	Passivo					
	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Diferenças temporárias						
Revisão da vida útil do imobilizado e intangível	6.396	-	-	12.817	-	-
Amortização do ágio na aquisição de controladas	6.403	3.659	-	19.073	8.867	-
Capitalização de juros	-	-	-	5.998	2.689	-
Outros	1.387	41	-	12.394	15.614	-
Total	14.186	3.700	-	50.282	27.170	-

Os saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos encontram-se classificados dentro do grupo de “impostos, taxas e contribuições” no balanço patrimonial.

A legislação fiscal do Brasil permite que prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser registrados indefinidamente para serem utilizados para compensar lucros tributáveis futuro. No entanto, a legislação fiscal promulgada em 1995 limita a utilização de carregamento de prejuízos fiscais em um determinado ano a 30% do lucro tributável.

9. Imposto de renda e contribuição social

b) Expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Demonstramos abaixo a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, com base nos lucros tributáveis futuros e na realização das diferenças temporárias, apurados em cada exercício fiscal:

	30.09.2010	
	Controladora	Consolidado
2010	6.286	95.235
2011	25.300	161.582
2012	4.702	29.811
2013	2.786	16.155
2014	1.860	10.776
2015 a 2019	-	-
	40.934	313.559

As estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2010. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

c) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2010	30.09.2009
Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	187.844	27.096	256.822	81.409
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	(63.867)	(9.213)	(87.319)	(27.679)
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil				
Participação em controladas e controlada em conjunto	11.152	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Participações estatutárias de empregados	-	-	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes líquidas	(1.547)	1.090	2.142	(2.750)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(54.262)	(8.123)	(85.177)	(30.429)

10. Investimentos

	Controladora		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Participação em controladas	557.271	504.916	472.507
Participação em controlada em conjunto		- 17.580	44.081
	557.271	522.496	516.588

a) Controladas

BWU Comercio Entretenimento S.A.

Em 24 de janeiro de 2007, foi celebrado, pela Companhia, contrato com o Unibanco Empreendimentos e Participações S.A., para a aquisição de 99,99% das ações representativas do capital social da BWU. Adicionalmente, também em 24 de janeiro de 2007, foi firmado com a Blockbuster Internacional, Ind. contrato de licença de uso da marca BLOCKBUSTER®, pelo prazo de 20 anos, pelo valor ajustado de R\$ 9.732, liquidados em 23 de maio de 2007.

O ágio apurado na aquisição da BWU no montante de R\$ 173.160 está registrado no Ativo Intangível e sujeito ao teste de impairment, pelo menos, anualmente. Informações adicionais sobre as considerações sobre impairment encontram-se descritos na Nota 13.

B2W - Companhia Global do Varejo

A B2W foi constituída em dezembro de 2006, pelo resultado da fusão da Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico com a Submarino S.A., dentro das regras estabelecidas pelo Novo Mercado da Bovespa, o mais alto nível de governança corporativa. Estas regras incluem uma base acionária composta exclusivamente por ações ordinárias e a eleição de membros independentes para o Conselho de Administração.

► **Demonstrativo do ágio apurado com investimento na B2W:**

Ágio apurado na fusão	110.465
Ágio decorrente de aquisições de ações no mercado de capitais	135.859
Valor do ágio em 30 de setembro de 2010	246.324

10. Investimentos--Continuação

a) Controladas--Continuação

▶ **Aquisição de ações da B2W pela controladora:**

Até 30 de setembro de 2010, a Companhia, adquiriu no mercado 2.044.500 ações ordinárias da controlada B2W a um custo médio ponderado de aquisição de R\$ 59,15 (R\$ 59,15 até 31 de dezembro de 2009). Os custos mínimos e máximos de aquisição foram de R\$ 41,60 e R\$ 87,74, respectivamente. A diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações foi registrada como ágio, classificado no Ativo Intangível, sendo sua amortização calculada até 31 de dezembro de 2008 usando o prazo de recuperação de até 10 anos. A partir de 2009, o ágio não é mais amortizado e passou a estar sujeito a avaliação anual de impairment apenas.

Vitória Participações S.A.

Constituída em abril de 2005, como parte do contrato de associação firmado entre Lojas Americanas S.A. e o Banco Itaú Holding Financeira S.A.. Contrato este, com o objetivo de comercializar produtos financeiros e correlatos, com exclusividade para os clientes de Lojas Americanas.

Em Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Vitória, realizada em 31 de agosto de 2010 foi aprovada a sua incorporação pela FAI. Por conta desta incorporação, foram canceladas a totalidade de ações de emissão da Vitória e, em substituição a estas foram atribuídas aos seus acionistas, ações ordinárias nominativas sem valor nominal da FAI. Como resultado desta emissão de ações, a Companhia passou a deter 50% de participação no capital social da FAI, a qual foi utilizada na integralização do capital de sua subsidiária integral Freijó Administração e Participações Ltda. ("Freijó").

b) Controladas em conjunto

FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (Americanas Taií)

Controlada em conjunto, constituída como resultado do contrato de associação firmado entre a Companhia e o Banco Itaú Holding Financeira S.A., com o objetivo de explorar a oferta de produtos financeiros que incluem empréstimo pessoal nas modalidades de cheque e cartão, seguros, cartão de crédito de marca própria ("Private Label") e cartão VISA e MASTERCARD ("Cobranded").

10. Investimentos--Continuação

b) Controladas em conjunto--Continuação

Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.

A Companhia possui participação acionária indireto através da controlada B2W de 50% na Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda., empresa com administração compartilhada com Cetelem Brasil S.A.- Crédito financiamento e investimento, através da qual oferece o Cartão de Crédito Submarino e financiamento para compra de produtos no site Submarino. Dessa forma, as Informações Trimestrais consolidadas foram preparadas considerando-se os saldos desta controlada em conjunto de forma proporcional à participação de 50% detida pela Companhia.

c) Movimentação dos investimentos na controladora

	B2W Companhia Global do Varejo	BWU Comércio e Entretenim ento S.A.	Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	Freijó Administraç ão e Participaçõe s Ltda.	Vitória Participaçõe s S.A.	FAI- Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Louise Holdings Ltda.	Klanil Services Ltd.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	107.876	319.105	1.801	-	18.540	25.541	43.725	-	516.588
Efeito do ágio na aquisição pela controlada de ações de própria emissão	(463)	-	-	-	-	-	-	-	(463)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	3.812	-	3.812
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação no resultado	28.768	24.857	-	-	(10.179)	(16.322)	(9.990)	33	17.167
Varição cambial	-	-	-	-	-	-	(11.270)	6.237	(5.033)
Ajustes direto ao patrimônio líquido das controladas	1.781	1.317	-	-	-	-	-	-	3.098
Transferência para provisão para perdas com investimentos (i)	-	-	-	-	-	-	-	(6.270)	(6.270)
Dividendos	(6.403)	-	-	-	-	-	-	-	(6.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	131.559	345.279	1.801	-	8.361	9.219	26.277	-	522.496
Aumento de capital	523	-	-	-	-	-	-	-	523
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação no resultado	22.484	19.783	-	(6.907)	(1.677)	(903)	265	(26)	33.019
Varição cambial	-	-	-	-	-	-	(713)	493	(220)
Transferência de investimentos por incorporação	-	-	-	15.000	(6.684)	(8.316)	-	-	-
Ajustes direto ao patrimônio líquido das controladas	2.660	(740)	-	-	-	-	-	-	1.920
Transferência para provisão para perdas com investimentos (i)	-	-	-	-	-	-	-	(467)	(467)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2010	157.226	364.322	1.801	8.093	-	-	25.829	-	557.271

(i) Constituída uma provisão para perdas sobre participações em empresas com passivo a descoberto, classificada no Passivo não circulante, "Exigível a longo prazo".

10. Investimentos--Continuação

d) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto

	% Participação	30 de setembro de 2010		Lucro líquido (prejuízo)
		Capital social	Patrimônio líquido	
Controladas diretas				
BWU Comércio e Entretenimento S.A. (1)	100%	317.753	377.331	6.936
B2W - Companhia Global do Varejo Freijó Administração e Participação Ltda.	56,60%	182.491	244.818	47.834
Lojas Americanas da Amazônia S.A. Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	100%	15.005	11.571	(3.249)
Louise Holdings Ltd.	100%	2.288	(386)	-
	100%	6.877	1.801	-
	100%	195.006	25.829	265
Klanil Services Ltd.	100%	17.548	(15.839)	(26)
Controlada em conjunto				
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (2)	50%	230.192	92.296	(15.112)
Controladas indiretas				
8M Participações Ltda.	56,60%	2.661	2.312	214
Facilita Promotora S.A. (21)	50%	6.141	10.327	1.872
Ingresso.com S.A.	56,60%	6.998	15.795	2.664
Posto Vicom Ltda.	100%	65	171	54
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.(3)	28,30%	24.010	8.768	1.327
Submarino Viagens e Turismo Ltda.	47,70%	3.922	7.872	1.404
ST Importações Ltda.	56,60%	4.050	4.441	839

(1) O patrimônio líquido e o resultado do período foram ajustados pelos lucros não realizados em operações com a controladora.

(2) As companhias são controladas em conjunto com outros parceiros.

10. Investimentos--Continuação

d) Informações sobre investimentos em controladas e controladas em conjunto --Continuação

	31 de dezembro de 2009			
	% Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Controladas diretas				
BWU Comércio e Entretenimento S.A. (2)	100%	317.753	345.279	24.857
B2W - Companhia Global do Varejo Freijó Administração e Participações Ltda.	56,60%	182.491	255.302	22.673
Lojas Americanas da Amazônia S.A. Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	100%	2.288	(386)	-
Louise Holdings Ltd.	100%	6.877	1.801	-
Klanil Services Ltd.	100%	200.416	26.277	(21.260)
		18.035	(16.232)	6.270
Controlada em conjunto				
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (1) (3)	50%	219.948	35.160	(53.002)
Vitória Participações S.A.	50%	67.700	16.722	(20.357)
Controladas indiretas				
8M Participações Ltda.	56,60%	2.661	2.116	100
Facilita Promotora S.A.	50%	6.141	8.753	2.787
Ingresso.com S.A.	56,60%	6.998	13.131	3.939
Posto Vicom Ltda.	100%	65	171	54
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda (3).	28,30%	24.010	8.262	1.952
Submarino Viagens e Turismo Ltda. ST Importações Ltda.	47,70%	3.922	7.573	464
	56,60%	4.050	4.210	1.261

(1) Participação direta de 29,72% e indireta, através da controlada em conjunto Vitória Participações S.A. 20,28%.

(2) O patrimônio líquido e o resultado do período foram ajustados pelos lucros não realizados em operações com a controladora

(3) As companhias são controladas em conjunto com outros parceiros.

11. Transações com partes relacionadas

Operações com a Financeira Americanas Itaú

O resultado no período findo em 30 de setembro de 2010 representa principalmente: (i) a receita de serviços (Correspondente Bancário); (ii) apropriação do Direito de Uso de Lavra e (iii) Recuperação de despesas.

Operações com a B2W Companhia Global do Varejo

O resultado nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009 representam recuperações das seguintes despesas: (i) aluguel da Sede no valor de R\$ 1.168 e R\$ 1.077 respectivamente; (ii) Honorários da Diretoria no montante de R\$ 1.132 e R\$ 989 respectivamente.

Acordo de cooperação comercial e outras avenças

Esse acordo prevê que as mercadorias adquiridas para revenda e provenientes da controlada B2W serão adquiridas pelo preço de custo do produto pago pela B2W ao fornecedor e entregue em seus Centros de Distribuição, acrescido dos tributos e outros encargos diretamente incidentes sobre a compra e venda, e de um percentual de 2% sobre o preço de custo do produto, até que a Companhia atinja o volume acumulado de compras de R\$10.000 por ano. Após atingir esse volume, ocorrerá um acréscimo para 3% sobre o preço de custo do produto, permanecendo inalteradas as demais condições.

No período findo em 30 de setembro de 2010, esta operação atingiu o montante de R\$ 10.421 e em 2009, não houve aquisição significativa de mercadorias junto à controlada B2W.

Operação de quiosques

A Companhia mantém contrato com a controlada B2W, visando desenvolver em conjunto ações de incremento de sinergia de suas operações com a instalação de quiosques da marca Americanas.com nas dependências comerciais da Companhia. Com base nesse contrato, os pagamentos das operações realizadas no site da Americanas.com pelos clientes, podem também ser efetuados nos caixas da Companhia.

Os valores provenientes dessas operações são integral e mensalmente repassados à B2W líquidos dos custos incorridos pela Companhia na operação dos quiosques. Dessa forma, o valor a reembolsar decorrente da operação não era relevante neste período.

Licenciamento do uso da marca Americanas.com e marcas similares

A controlada firmou contrato de licença para uso de marca com a Companhia, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no seu objeto social. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a Companhia detiver participação societária relevante na controlada.

Remuneração dos administradores

As transações, remunerações e benefícios com os Administradores e principais executivos da Companhia e controladas encontram-se descritas na Nota 31 conforme preconizado pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (IAS 24).

Informações sobre partes relacionadas

	<u>Saldos ativos (passivos)</u>		<u>Receitas (despesas) líquidas</u>	
	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Controladas diretas				
BWU Comércio e Entretenimento S.A.	2.181	7.535	-	-
B2W - Companhia Global do Varejo	590	(29.270)	8.195	16.476
Lojas Americanas da Amazônia S.A.	48	48	-	-
Lojas Americanas Home Shopping Ltda.	(1.679)	(1.679)	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (1)	-	-	10.682	11.151
Controladas indiretas				
Posto Vicom Ltda.	55	-	-	-

(1) Registrados, respectivamente, em "Contas a receber de clientes" no Balanço Patrimonial e como "Despesas com vendas" na Demonstração do Resultado.

12. Imobilizado

Controladora							
	Instalações e móveis e utensílios	Bens destinados aluguel (*)	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros (**)	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	96.516	8.157	97.968	211.753	200	4.440	419.034
Aquisições	2.651	2.576	7.433	6.092	1.155	290	20.197
Baixas		(3.769)	(229)	(1.324)			(5.322)
Transferências				3.574		(3.574)	-
Depreciação/amortização	(10.221)	(1.460)	(16.928)	(21.029)	(276)		(49.914)
Saldos em 30 de setembro de 2009	88.946	5.504	88.244	199.066	1.079	1.156	383.995
Aquisições	4.209	19.551	23.443	6.354		1.329	54.886
Baixas		(2.948)	(515)				(3.463)
Transferências				205		(205)	-
Depreciação/amortização	(3.371)	(15.389)	(8.952)	(12.572)	(74)		(40.358)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	89.784	6.718	102.220	193.053	1.005	2.280	395.060
Aquisições	5.913	15.115	11.666	33.003		9.048	74.745
Baixas	(25)	(3.826)	(17)	(1.825)			(5.693)
Transferências				1.728		(1.728)	-
Depreciação/amortização	(4.357)	(11.612)	(12.877)	(20.047)	(217)	(78)	(49.188)
Saldos em 30 de setembro de 2010	91.315	6.395	100.992	205.912	788	9.522	414.924
Saldos em 30 de setembro de 2010:							
Custo total	151.264	51.562	217.504	360.164	1.953	9.600	792.047
Depreciação acumulada	(59.949)	(45.167)	(116.512)	(154.252)	(1.165)	(78)	(377.123)
Valor residual	91.315	6.395	100.992	205.912	788	9.522	414.924
Média ponderada das taxas anuais de depreciação - %	4,50%	9 meses	Prazo contratos.	20%	4%		
Saldos em 31 de dezembro de 2009:							
Custo total	145.376	40.273	205.855	327.258	1.953	2.280	722.995
Depreciação acumulada	(55.592)	(33.555)	(103.635)	(134.205)	(948)	-	(327.935)
Valor residual	89.784	6.718	102.220	193.053	1.005	2.280	395.060
Média ponderada das taxas anuais de depreciação - %	4,50%	9 meses	Prazo contratos.	20%	4%		

(*) DVD's de aluguel depreciados em no máximo 9 meses.

(**) Calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de aluguel. O prazo médio dos contratos de aluguel é de 10 anos.

12. Imobilizado--Continuação

Consolidado							
	Instalações e móveis e utensílios	Bens destinados aluguel (*)	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros (**)	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	122.399	8.157	134.648	215.685	200	17.362	498.451
Aquisições	6.818	2.576	13.198	6.231	1.155	11.568	41.546
Baixas		(3.769)	(229)	(1.324)			(5.322)
Transferências			(4.405)	3.574		831	-
Depreciação/amortização	(13.337)	(1.460)	(24.314)	(21.946)	(276)	(34)	(61.367)
Saldos em 30 de setembro de 2009	115.880	5.504	118.898	202.220	1.079	29.727	473.308
Aquisições	4.352	24.466	28.621	6.388		5.964	69.791
Baixas		(2.977)	(520)				(3.497)
Transferências			21.848	205		(22.053)	-
Depreciação/amortização	(3.518)	(15.487)	(13.106)	(12.879)	(74)	(2)	(45.066)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	116.714	11.506	155.741	195.934	1.005	13.636	494.536
Aquisições	8.169	18.826	46.611	33.691		9.049	116.346
Baixas	(25)	(4.042)	(17)	(1.825)			(5.909)
Transferências	(3.911)		7.763	(1.812)		(2.040)	-
Depreciação/amortização	(9.772)	(12.659)	(18.098)	(17.446)	(217)	(79)	(58.271)
Saldos em 30 de setembro de 2010	111.175	13.631	192.000	208.542	788	20.566	546.702
Saldos em 30 de setembro de 2010:							
Custo total	189.577	59.943	357.356	368.814	1.953	20.681	998.324
Depreciação acumulada	(78.402)	(46.312)	(165.356)	(160.272)	(1.165)	(115)	(451.622)
Valor residual	111.175	13.631	192.000	208.542	788	20.566	546.702
Média ponderada das taxas anuais de depreciação - %	4,50%	9 meses	Prazo contratos.	20%	4%		
Saldos em 31 de dezembro de 2009:							
Custo total	185.344	45.159	302.999	338.760	1.953	13.672	887.887
Depreciação acumulada	(68.630)	(33.653)	(147.258)	(142.826)	(948)	(36)	(393.351)
Valor residual	116.714	11.506	155.741	195.934	1.005	13.636	494.536
Média ponderada das taxas anuais de depreciação - %	4,50%	9 meses	Prazo contratos.	20%	4%		

(*) DVD's de aluguel depreciados em no máximo 9 meses. No exercício de 2010, a despesa de depreciação dos bens destinados a aluguel, no montante de R\$ 15.598 na controladora e consolidado (R\$ 16.769 em 2009) foram contabilizados como custo de mercadorias vendidas.

(**) Calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de aluguel. O prazo médio dos contratos de aluguel é de 10 anos.

12. Imobilizado--Continuação

A Administração da Companhia revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos imobilizado, tendo como base laudos de avaliadores externos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	<u>Antiga taxa de depreciação</u>	<u>Nova taxa de depreciação (média ponderada)</u>
Instalações e móveis e utensílios	10% a 20%	4,5%
Bens destinados a aluguel	9 meses	9 meses
Máquinas e equipamentos de informática	10% a 20%	6,7%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Prazo dos contratos de locação	Prazo dos contratos de locação
Veículos	20%	20%

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução de R\$ 18.811 e R\$ 22.775, respectivamente na controladora e consolidado, substancialmente reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do período.

Em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 não existem bens dados em garantia.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36) os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 30 de setembro de 2010, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

13. Intangível

	Controladora					Total
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online®	Outros	
Saldos em 1º de janeiro de 2009	374.592	40.798		1.615	39.631	456.636
Adições		7.101			444	7.545
Baixas						-
Amortização		(11.443)		(59)	(3.392)	(14.894)
Saldos em 30 de setembro de 2009	374.592	36.456	-	1.556	36.683	449.287
Adições		3.628				3.628
Baixas		(22)			(1.268)	(1.290)
Amortização		(4.029)		(19)	(1.105)	(5.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	374.592	36.033	-	1.537	34.310	446.472
Adições		36.396			705	37.101
Baixas						-
Amortização		(12.058)		(60)	(3.276)	(15.394)
Saldos em 30 de setembro de 2010	374.592	60.371	-	1.477	31.739	468.179
Saldos em 30 de setembro de 2010:						
Custo total	406.529	123.999		1.732	45.116	577.376
Amortização acumulada	(31.937)	(63.628)		(255)	(13.377)	(109.197)
Valor residual	374.592	60.371	-	1.477	31.739	468.179
Saldos em 31 de dezembro de 2009:						
Custo total	406.529	87.603		1.732	44.411	540.275
Amortização acumulada	(31.937)	(51.570)		(195)	(10.101)	(93.803)
Valor residual	374.592	36.033	-	1.537	34.310	446.472
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20%		5,20%	20%	

13. Intangível--Continuação

	Consolidado					Total
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online®	Outros	
Saldos em 1° de janeiro de 2009	459.506	49.761	156.982	8.548	44.069	718.866
Adições		12.966	88.420	20	491	101.897
Baixas					-	-
Amortização		(22.648)	(12.987)	(887)	(3.886)	(40.408)
Saldos em 30 de setembro de 2009	459.506	40.079	232.415	7.681	40.674	780.355
Adições		14.164	21.445	1	-	35.610
Baixas		(24)	1		(1.267)	(1.290)
Amortização		(6.810)	(741)	(295)	(611)	(8.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	459.506	47.409	253.120	7.387	38.796	806.218
Adições		42.637	156.794		2.566	201.997
Baixas					(1.761)	(1.761)
Amortização		(22.973)	(18.790)	(890)	(3.575)	(46.228)
Saldos em 30 de setembro de 2010	459.506	67.073	391.124	6.497	36.026	960.226
Saldos em 30 de setembro de 2010:						
Custo total	550.224	191.684	448.463	9.441	44.677	1.244.489
Amortização acumulada	(90.718)	(124.611)	(57.339)	(2.944)	(8.651)	(284.263)
Valor residual	459.506	67.073	391.124	6.497	36.026	960.226
Saldos em 31 de dezembro de 2009:						
Custo total	550.224	149.047	291.669	9.441	43.872	1.044.253
Amortização acumulada	(90.718)	(101.638)	(38.549)	(2.054)	(5.076)	(238.035)
Valor residual	459.506	47.409	253.120	7.387	38.796	806.218
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	20%		5,20%	20%	

A Administração da controlada B2W revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos intangíveis, tendo como base laudos de especialistas internos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	Antiga taxa de amortização	de Nova taxa de amortização
Direito de uso de software	20%	12,7%
Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	20%	12,2%

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 1° de janeiro de 2010. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução da amortização no montante de R\$15.431 na controlada B2W, substancialmente reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do período da mesma.

13. Intangível--Continuação

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora					Consolidado				
	30.09.2010		31.12.2009		01.01.2009	30.09.2010		31.12.2009		01.01.2009
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos										
B2W	233.369	(31.937)	201.432	201.432	201.432	233.369	(31.937)	201.432	201.432	201.432
BWU	173.160	-	173.160	173.160	173.160	173.160	-	173.160	173.160	173.160
TV Sky Shop e outros	-	-	-	-	-	143.674	(58.760)	84.914	84.914	84.914
	<u>406.529</u>	<u>(31.937)</u>	<u>374.592</u>	<u>374.592</u>	<u>374.592</u>	<u>550.203</u>	<u>(90.697)</u>	<u>459.506</u>	<u>459.506</u>	<u>459.506</u>

a) Ágios em controladas B2W e BWU

Os valores de ágio apurados pela Companhia nas aquisições da B2W e BWU foram amortizados até o exercício de 2008 à taxa de 10% a.a. e, a partir de 2009, está somente sujeito a avaliação de *impairment* (redução ao valor recuperável).

A Companhia avaliou para *impairment*, os ágios apurados quando das aquisições dos investimentos em empresas controladas utilizando como base informações de cotação de valor de mercado (controlada B2W - companhia de capital aberto). Na controlada de capital fechado BWU a avaliação para *impairment* foi efetuada com base em projeções e expectativas de rentabilidade futura para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 3% ao ano como taxa de crescimento (equivalente ao crescimento real esperado) e uma única taxa de 12% (equivalente ao custo de capital da Companhia) para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Não foi identificada a necessidade de ajustes para perda por redução do valor de recuperação na última avaliação anual efetuada, em 30 de setembro de 2010.

b) Ágio na aquisição da Shoptime e outras investidas

O ágio referente ao investimento na TV Sky Shop S.A. foi constituído quando da aquisição da Shoptime S.A. (Shoptime) e da TV Sky Shop S.A. (TV Sky) pela controlada Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com). Em 31 de agosto de 2005, a controlada Americanas.com adquiriu o equivalente a 98,85% do capital da Shoptime, detentora de 56% do capital da TV Sky, e 44% do capital da TV Sky. No primeiro trimestre de 2006, a controlada Americanas.com adquiriu 1,15% faltante da Shoptime, totalizando 100% do capital desta.

13. Intangível--Continuação

b) Ágio na aquisição da Shoptime e outras investidas--Continuação

Em 1º de agosto de 2006, a Shoptime foi incorporada por sua controlada TV Sky e, dessa forma, o ágio registrado na controlada Americanas.com em referência ao investimento na Shoptime foi somado ao ágio referente ao investimento na TV Sky, montando ao valor total de R\$135.305. Com a fusão da controlada Americanas.com e Submarino S.A. em 13 de dezembro de 2006, foi formada a B2W, sucedendo todos os direitos e obrigações da controlada Americanas.com e, conseqüentemente, a parcela do ágio referente à TV Sky.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das outras participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura das empresas e foram amortizados até 31 de Dezembro de 2008 utilizando os prazos de 05 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nestas investidas. A partir de 1º de janeiro de 2009, estes ágios estão sujeitos somente à avaliação de *impairment*, conforme preconizado pela CPC 01(IAS 36), não sendo mais aplicável as suas respectivas amortizações.

A Companhia avalia anualmente para impairment, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 10% ao ano (equivalente ao custo de capital da Companhia) para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

c) Licença de uso da marca BLOCKBUSTER®

License Agreement para uso da marca BLOCKBUSTER®, por um período de 20 anos (intangível com vida definida). Representa no consolidado a marca BLOCKBUSTER® no segmento *on-line*, adquirida em dezembro de 2007, pela B2W junto a BWU, subsidiária integral de Lojas Americanas.

13. Intangível--Continuação

d) Desenvolvimento de web sites e sistemas/direito de uso de software

Representam no consolidado, gastos com plataforma *E-Comerce* (desenvolvimento de Infra-estrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *lay-out* gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

e) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados pela controlada B2W durante o trimestre encerrado em 30 de setembro de 2010 e 2009 foi de R\$13.720 e R\$7.910, respectivamente. A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 119,9% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela controlada B2W. Conforme descrito na Nota 3, não foram capitalizados custos de empréstimos na Companhia.

14. Diferido

	Controladora			
	30.09.2010		31.12.2009	01.01.2009
	Amortizaçã o			
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Despesas pré-Operacionais - lojas	143.944	(88.604)	55.340	74.476
	143.944	(88.604)	55.340	102.331

15. Empréstimos e financiamentos

Objeto	Encargos anuais	Vencimento final	Controladora			Consolidado		
			30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Em moeda nacional								
BNDES								
Reforma e abertura de novas lojas e ampliação dos sistemas de informática (a)								
	Juros acima da TJLP de até 2,80%	15/09/2013	111.761	153.599	143.780	111.761	153.599	143.780
	TJLP + 4,75%	01/06/2011	-	-	-	147.653	172.059	4.250
Capital de giro (a)								
	Juros acima da TJLP de até 6,10%	15/12/2012	215.711	202.081	-	433.035	202.082	-
Capital de giro								
	Juros de até 143% do CDI	16/06/2014	966.517	954.635	826.305	1.537.775	1.560.587	1.353.639
Em moeda estrangeira								
Abertura de novas lojas (IFC)								
	Juros de 4,75% + Libor	15/05/2015	-	-	63.136	-	-	63.136
Capital de giro (c)								
	US\$ + juros de até 7,2% JPY + juros de até 5,8%	03/09/2013	426.807	507.513	976.742	1.164.788	980.761	1.987.865
Operações de swap (b)								
	100% a 135% do CDI	03/09/2013	7.089	41.259	(194.680)	(9.128)	39.934	(367.584)
Custo com as captações (IOF e outras)								
			(12.877)	(14.596)	(13.449)	(12.877)	(14.596)	(13.449)
Parcela do não circulante								
			1.715.008	1.844.491	1.801.834	3.373.007	3.094.426	3.171.637
Parcela do circulante								
			(1.225.440)	(1.515.068)	(1.072.193)	(2.287.971)	(2.225.250)	(1.344.967)
Parcela do circulante								
			489.568	329.423	729.641	1.085.036	869.176	1.826.670

(a) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado - Computador para todos".

(b) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de *swap* (Nota 26). A Administração está registrando estas transações utilizando o método contábil do *hedge accounting*.

(c) Captação consoante a Resolução nº 2.770 do Banco Central do Brasil (BACEN).

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
2010	-	-	541.342	-	-	720.053
2011	33.508	569.094	391.523	147.784	749.532	428.864
2012	506.336	490.373	68.521	826.443	765.670	106.155
2013	456.869	441.601	36.373	735.545	663.040	55.461
2014	39.779	14.000	29.623	116.698	33.804	29.623
2015	169.059	-	4.811	441.612	13.204	4.811
2016	19.889	-	-	19.889	-	-
	1.225.440	1.515.068	1.072.193	2.287.971	2.225.250	1.344.967

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas de dívida ("*Debt Covenants*" e "*Cross Default*") constantes dos contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas Informações Trimestrais divulgadas pela Administração. Em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 todos os índices estavam atendidos.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cartas de fiança e notas promissórias.

16. Debêntures

Empresa emitente	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Lojas Americanas S.A.	384.388	380.773	456.989	384.388	380.773	456.989
B2W - Companhia Global do Varejo	-	-	-	476.885	382.682	390.691
Custo com as captações *	(1.026)	(2.386)	(2.482)	(2.296)	(3.990)	(4.380)
	383.362	378.387	454.507	858.977	759.465	843.300
Parcela do não circulante	(222.902)	(366.208)	(366.980)	(519.029)	(729.451)	(729.888)
Parcela do circulante	160.460	12.179	87.527	339.948	30.014	113.412

* Conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 08 - o custo com as captações vem sendo realizado pelo prazo de vencimento das debêntures.

16. Debêntures--Continuação

a) Emissão de debêntures pela controladora Lojas Americanas S.A.

▶ Em 2 de fevereiro de 2004, a Companhia captou o montante de R\$ 203.054, originário da segunda emissão pública de debêntures, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2003.

▶ Em 27 de Abril de 2007, a Companhia captou o montante de R\$ 236.675, originário da terceira emissão pública de debêntures, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Abril de 2007.

Essas emissões estão demonstradas abaixo:

	Data de emissão	Vencimento	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
2ª Emissão (1ª Série)	01/01/2004	01/01/2012	Pública	10.000	R\$ 100.000	CDI + 2,8%	68.897	70.527	107.130
2ª Emissão (2ª Série)	01/01/2004	01/01/2012	Pública	10.000	R\$ 100.000	CDI + 2,8%	68.897	70.527	107.130
3ª Emissão	01/04/2007	01/04/2013	Pública	23.460	R\$ 234.600	104,4% do CDI	246.594	239.719	242.729
Custos com as captações							(1.026)	(2.386)	(2.482)
							<u>383.362</u>	<u>378.387</u>	<u>454.507</u>

Características das debêntures de 2ª emissão

Após a Assembléia de Debenturistas da 2ª emissão de Debêntures da Lojas Americanas, realizada em 05 de maio de 2009, as Debêntures passaram a ter as seguintes características:

- ▶ Forma e espécie: debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, subordinadas e escriturais;
- ▶ Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil Reais);
- ▶ Garantia: as debêntures não terão garantia;
- ▶ Valor total da emissão: R\$ 200.000 (duzentos milhões de Reais);
- ▶ Quantidade de debêntures: 20.000 (vinte mil) debêntures;
- ▶ Prazo, data de vencimento e amortização do principal: 2ª séries em um fluxo anual de amortização em duas parcelas iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 1º de janeiro de 2011;

16. Debêntures--Continuação

a) Emissão de debêntures pela controladora Lojas Americanas S.A.--Continuação

Características das debêntures de 2ª emissão--Continuação

- ▶ Preço, subscrição e prazo de Integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, acrescido de remuneração *pro rata temporis*, verificada a contar da data de emissão até a data da respectiva subscrição;
- ▶ Índices financeiros: (i) resultado da Dívida Líquida/Ebitda não pode ser superior a 3; (ii) resultado do Ebitda/Resultado Financeiro não pode ser inferior a 1,5. Na mensuração desses índices, entende-se por: (a) Dívida líquida consolidada, significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da Emissora, junto a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora, exceto aqueles avais ou fianças correspondentes a dívidas que sejam integralmente consolidadas nas informações financeiras, bem como valores pagos a acionistas em decorrência de resgate de ações realizados pela Emissora, menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); tudo a partir do último balancete consolidado divulgado; (b) Ebitda trimestral significa o somatório (i) do lucro operacional trimestral consolidado, antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (ii) da depreciação e amortização consolidadas, ocorridas no mesmo período; (iii) das outras receitas e despesas operacionais consolidadas, ocorridas no mesmo período; (iv) das despesas financeiras consolidadas deduzidas das receitas financeiras, consolidadas do mesmo período e (v) da equivalência patrimonial, tudo apurado na data do mais recente balancete trimestral;
- ▶ Remuneração: as debêntures da 1ª e 2ª séries incidirão juros remuneratórios equivalente à taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, “CDI over extra grupo”, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescidos de uma sobre-taxa efetiva ao ano de 2,8%, pagos semestralmente e anualmente, respectivamente;
- ▶ Divulgação: as informações de interesse dos debenturistas, são publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal Valor Econômico;

16. Debêntures--Continuação

a) Emissão de debêntures pela controladora Lojas Americanas S.A.--Continuação

Características das debêntures de 2ª emissão--Continuação

- ▶ Limites e índices financeiros: no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Após a realização de Assembléia o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de Debêntures, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado;

- ▶ Em contrapartida a aceitação por parte dos debenturistas da aprovação das propostas estabelecidas na Assembléia de Debenturistas realizada em 05 de maio de 2009, foi aprovado pagamento de prêmio de 0,8% a ser aplicado sobre o valor nominal atualizado das debêntures da 2ª série, no dia 11 de maio de 2009, no montante de R\$ 556. Este valor foi contabilizado como custo de captação e será amortizado, de forma linear, até o prazo de vencimento das debêntures.

Características das debêntures de 3ª emissão

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de abril de 2007, foi aprovada a emissão da 3ª emissão, que possui as seguintes características:

- ▶ Forma e espécie: debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, e escriturais;

- ▶ Número de séries: série única;

- ▶ Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil Reais);

- ▶ Valor total da emissão: R\$ 234.600 (duzentos e trinta e quatro milhões e seiscentos mil Reais);

- ▶ Quantidade de debêntures: 23.460 (vinte e três mil quatrocentas e sessenta) debêntures;

16. Debêntures--Continuação

a) Emissão de debêntures pela controladora Lojas Americanas S.A.--Continuação

Características das debêntures de 3ª emissão--Continuação

- ▶ Garantia: as debêntures foram objeto de distribuição pública pelo Coordenador Líder (Unibanco) sob o regime de garantia firme de colocação, mediante o resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*);
- ▶ Prazo, data de vencimento e amortização do principal: 6 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 1º de abril de 2013 e serão amortizadas em 3 parcelas iguais e consecutivas a partir do 4º ano (inclusive) a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 1º de abril de 2011, 1º de abril de 2012 e 1º de abril de 2013;
- ▶ Preço, subscrição e prazo de Integralização: O preço de subscrição é o valor nominal unitário das Debêntures, acrescido da remuneração calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional;
- ▶ Índices financeiros: o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor ou igual a 3,0. O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 1,5;
- ▶ Limites e índices financeiros: no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures. Após a realização de Assembléia o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de Debêntures, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado;

16. Debêntures--Continuação

a) Emissão de debêntures pela controladora Lojas Americanas S.A.--Continuação

Características das debêntures de 3ª emissão--Continuação

- ▶ Remuneração: As Debêntures renderão juros, correspondentes a 104,4% (cento e quatro inteiros e quatro décimos por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "Extra Grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário, ainda não amortizado conforme os termos da Escritura de Emissão, a partir da data de emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, e serão pagos semestralmente (em abril e outubro);
- ▶ Destinação dos recursos: Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados para: (i) ao pagamento pela aquisição do investimento na BWU; (ii) a investimentos em tecnologia da informação; e (iii) utilização na reforma de lojas da BWU.

b) Emissão de debêntures pela controlada B2W - Companhia Global do Varejo

	Data de emissão	Vencimento	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
1ª Emissão	10/07/08	10/07/13	Pública	36.440	R\$ 10	CDI+2%	374.602	382.683	390.691
2ª Emissão	21/07/10	21/07/14	Pública	100	R\$ 1.000	IPCA+8,4%	102.169	-	-
Custos com as captações*							(1.156)	(1.604)	(1.898)
Total							<u>475.615</u>	<u>381.079</u>	<u>388.793</u>
Parcela do não circulante							(296.128)	(363.244)	(362.908)
Parcela do circulante							<u>179.487</u>	<u>17.835</u>	<u>25.885</u>

Conforme previsto pelo Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários ("CPC 08"), aprovado pela Deliberação CVM nº 556 de 12 de novembro de 2008, o custo com as captações vem sendo realizado pelo prazo de vencimento das debêntures.

16. Debêntures--Continuação

b) Emissão de debêntures pela controlada B2W - Companhia Global do Varejo --Continuação

b1) Na reunião do Conselho de Administração da controlada realizada nos dias 02 de julho de 2008 ratificada em 18 de julho de 2008, foi deliberada a primeira emissão e distribuição pública de debêntures, conforme demonstrado abaixo:

<u>Data da emissão</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Quantidade colocada no mercado</u>	<u>Valor unitário</u>	<u>Valor da emissão</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>
10/07/2008	36.440	36.440	10	R\$364.400	CDI+2%

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- ▶ Conversibilidade: As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- ▶ Tipo e forma: As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- ▶ Prazo e data de vencimento: As debêntures tem prazo de vencimento de 5 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 10 de julho de 2013.
- ▶ Amortização: As debêntures serão amortizadas anualmente em 3 parcelas consecutivas a partir do 3º ano, a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 10 de julho de 2011, 10 de julho de 2012 e 10 de julho de 2013.
- ▶ Remuneração: As debêntures renderão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread de 2% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de R\$ 10.

16. Debêntures--Continuação

b) Emissão de debêntures pela controlada B2W - Companhia Global do Varejo --Continuação

- ▶ Periodicidade de pagamento da remuneração: Os valores relativos à remuneração serão pagos semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de janeiro 2009.
- ▶ Distribuição e colocação: As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- ▶ Índices financeiros: Os índices financeiros calculados com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia, a partir do 3º trimestre de 2008, devem ser menor ou igual a (i) Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x; e, (ii) EBITDA Adaptado/Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 1,5x.

Na mensuração desses índices, entende-se por (i) “Dívida Líquida Consolidada”, o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Companhia junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como o diferencial a pagar com operações com derivativos menos o somatório das disponibilidades (caixa e títulos e aplicações financeiras) e o diferencial a receber por operações com derivativos; (ii) “EBITDA Adaptado”, o somatório (a) do lucro operacional consolidado da Companhia antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações; (b) da depreciação e amortizações ocorridas no mesmo período; (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras do mesmo período; e (d) da equivalência patrimonial; sendo todos apurados no período de 12 meses e, sem considerar os eventuais efeitos do cálculo do ajuste a valor presente - AVP (artigo 184 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de dezembro de 2001 e pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007); e, (iii) “Resultado Financeiro Líquido Consolidado”, as receitas financeiras, menos as despesas financeiras da Companhia.

16. Debêntures--Continuação

b) Emissão de debêntures pela controlada B2W - Companhia Global do Varejo --Continuação

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a Companhia atendeu às cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública das debêntures.

▶ Limites e índices financeiros: no caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das debêntures. Após a realização de Assembléia, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes de debêntures, a menos que debenturistas que representem pelo menos 75% das debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado.

▶ Garantia: As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

17. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	52.681	59.241	57.101	58.207	62.379	79.432
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	50.777	21.646	16.018	85.441	60.593	23.180
Programa de Integração Social - PIS	-	6.485	5.219	2.633	6.625	5.255
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.621	29.877	24.545	16.300	31.028	24.839
Débitos tributários parcelados	43.874	59.575	67.396	43.784	64.278	77.319
Imposto sobre serviços – ISS	-	-	-	12.798	11.981	11.427
Outros	6.577	10.898	2.886	13.569	26.784	11.669
	162.530	187.722	173.165	232.732	263.668	233.121
Parcela do não circulante	(53.777)	(50.831)	(56.254)	(89.428)	(101.732)	(77.604)
Parcela do circulante	108.753	136.891	116.911	143.304	161.936	155.517

A Companhia aderiu aos Programas Especiais de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a União, instituídos pela Lei 10.637/02 e Lei 10.684/03. Os débitos objetos destes parcelamentos, no montante de R\$ 52.405 (R\$ 12.814 classificados no passivo circulante), referendados na Nota 15 na rubrica de débitos tributários parcelados referem-se a parcelas de COFINS, Salário Educação e Seguro Acidente de Trabalho – SAT e compensações de créditos não homologadas pela Receita Federal. Os débitos instituídos pela Lei 10.684/03 estão sendo discutidos judicialmente com os órgãos competentes para posterior homologação da adesão ao programa de parcelamento. As parcelas mensais estão sendo liquidadas de acordo com o prazo previsto em lei.

A Companhia e sua controlada B2W aderiram ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a União – Nova Refis, instituído pela Lei 11.941/09. Os débitos representados por tributos fiscais e previdenciários administrados pela Receita Federal do Brasil, estão sendo consolidados pelos órgãos competentes para posterior homologação e habilitação por parte da companhia.

A controlada BWU está discutindo judicialmente a exigência, por parte de diversas Prefeituras, do ISS – Imposto Sobre Serviços calculados sobre a receita de locação de bens móveis (DVD's). O valor provisionado encontra-se atualizado pela SELIC.

18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico próprio e por advogados externos. Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam R\$ 40.117 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 40.521 e R\$ 39.915 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009), na controladora, e R\$ 65.166 em 30 de setembro de 2010 (R\$ 62.590 e R\$ 55.443 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009), no consolidado. Estes depósitos não estão vinculados às provisões para contingências constituídas em 30 de setembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Algumas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança.

a) Provisões

	Controladora			Consolidado		
	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009	30.09.2010	31.12.2009	01.01.2009
Fiscais	20.066	22.003	14.795	26.974	24.551	14.967
Trabalhistas	7.327	11.550	10.784	10.637	16.521	13.950
Cíveis	2.293	5.676	2.327	11.308	17.197	6.103
Multas contratuais	22.313	20.888	28.226	22.325	20.888	28.226
Outras	7.603	7.116	6.488	11.293	9.715	9.177
	59.602	67.233	62.620	82.537	88.872	72.423
Parcela do não circulante	(50.098)	(56.731)	(45.042)	(66.838)	(73.572)	(52.336)
Parcela do circulante	9.504	10.502	17.578	15.699	15.300	20.087

Fiscais

Os principais processos fiscais da Companhia e suas controladas são como segue:

18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Provisões--Continuação

Fiscais--Continuação

- ▶ Glosa da apropriação de créditos de ICMS Substituição Tributária, realizada nos anos de 1997 e 1998, provenientes da diferença entre o preço de venda efetivo e o presumido pelo estado quando da aquisição da mercadoria, com valor aproximado de R\$ 8.300;
- ▶ Multa aplicada em virtude do descumprimento de obrigação acessória decorrente do extravio de Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal, nos anos de 2007 e 2008, com valor aproximado de R\$ 7.000;
- ▶ Falta do pagamento do ICMS Substituição Tributária nos anos de 2005 a 2007, com valor aproximado de R\$ 2.300.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas-extras entre outros

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 30 de setembro de 2010, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões.

18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Provisões--Continuação

Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora					Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Multas contratuais	Outras	
Saldos em 1° de janeiro de 2009	14.795	10.784	2.327	28.226	6.488	62.620
Adições	6.300	5.300	4.900	-	-	16.500
Pagamentos/reversão	(498)	(5.558)	(1.739)	(10.019)	(21)	(17.835)
Atualização monetária	1.406	1.024	188	2.681	649	5.948
Saldos em 31 de dezembro de 2009	22.003	11.550	5.676	20.888	7.116	67.233
Adições	-	-	-	-	-	-
Pagamentos/reversão	(3.457)	(5.017)	(3.743)	-	-	(12.217)
Atualização monetária	1.520	794	360	1.425	487	4.586
Saldos em 30 de setembro de 2010	20.066	7.327	2.293	22.313	7.603	59.602

	Consolidado					Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Multas contratuais	Outras	
Saldos em 1° de janeiro de 2009	14.967	13.950	6.103	28.226	9.177	72.423
Adições	8.547	13.376	23.327	-	-	45.250
Pagamentos/reversão	(668)	(11.829)	(12.421)	(10.019)	(111)	(35.048)
Atualização monetária	1.705	1.024	188	2.681	649	6.247
Saldos em 31 de dezembro de 2009	24.551	16.521	17.197	20.888	9.715	88.872
Adições	5.326	23	368	-	423	6.140
Pagamentos/reversão	(5.402)	(7.364)	(6.173)	-	-	(18.939)
Atualização monetária	1.811	1.167	1.496	1.425	565	6.464
Saldos em 30 de setembro de 2010	26.286	10.347	12.888	22.313	10.703	82.537

b) Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui demandas administrativas/judiciais de natureza fiscal no montante aproximado de R\$ 451.527 e R\$ 482.137, controlada e consolidado, respectivamente em 30 de setembro de 2010 (R\$ 398.412 e R\$ 329.728 em 31 de dezembro de 2009 e 1° de janeiro de 2009), classificadas pelos seus assessores jurídicos como “perdas possíveis” e, por este motivo, nenhuma provisão para contingências foi constituída sobre as mesmas. As principais demandas administrativas/judiciais, classificadas como “perdas possíveis” na Controladora, são as seguintes:

18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--Continuação

b) Passivos contingentes não provisionados--Continuação

Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS (data-base: 30.09.2010)

- ▶ Glosa de crédito tributário constituído pela Companhia sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial. Valor aproximado: R\$ 19.758;
- ▶ Glosa, em determinados estabelecimentos da Companhia, de crédito tributário decorrente da atualização monetária dos saldos credores de ICMS, apurados no período de julho de 1992 a junho de 1997. O procedimento foi adotado para todos os estabelecimentos sendo que na maioria dos estados não houve quaisquer questionamentos por parte da Receita Estadual. Temos decisões favoráveis nos Estados onde o procedimento fiscal está sendo questionado. Valor aproximado: R\$ 33.755;

- ▶ Glosa de crédito tributário originário da diferença entre o ICMS cobrado com base na margem estimada pelo estado e o ICMS que seria devido considerando a margem efetivamente praticada na comercialização de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária. Valor aproximado de R\$ 45.072;

- ▶ Glosa de crédito de ICMS destacado em Nota Fiscal considerada inidônea pelo fisco, haja vista que as mercadorias adquiridas pelo estabelecimento autuado (depósito), de acordo com a Nota Fiscal, eram destinadas a outros estabelecimentos da titularidade da LASA. O artigo 177, parágrafo único, Livro II, do RICMS/85 autoriza tal procedimento, desde que o destinatário seja o mesmo. Valor aproximado de R\$ 13.215;

- ▶ Glosa de crédito tributário tomado sobre as operações de entrada, nos Centros de Distribuição (CD's), de bens destinados a uso e consumo das lojas. Quando da transferência dos referidos bens para as lojas, os CD's se debitaram do ICMS, portanto, não houve prejuízo aos cofres públicos. Valor aproximado de R\$ 13.083;

- ▶ Glosa de crédito tributário originário de devoluções de venda a cliente, pessoa física, devido à falta da identificação do cupom fiscal nas respectivas notas fiscais de entrada. Valor aproximado de R\$ 8.855;

- ▶ Cobrança de ICMS na operação de importação de aeronave, objeto de arrendamento mercantil. Valor aproximado de R\$ 23.014;

▶ **18. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas--**
Continuação

b) Passivos contingentes não provisionados--Continuação

▶ Cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS nos Centros de Distribuição, relativo a operações interestaduais de entrada de bens destinados a uso e consumo, recebidos pelos Centros de Distribuição para posterior transferência às lojas. O diferencial de alíquota cobrado foi recolhido pelas lojas, destino final dos referidos bens. Valor aproximado de R\$ 4.717;

▶ Glosa de crédito tributário originado da recuperação do imposto referente à inconstitucional majoração no percentual de 1% da alíquota do ICMS do estado de São Paulo, entre os anos de 1990 e 1997, assegurando o direito da Companhia ao creditamento dos valores indevidamente recolhidos. Valor aproximado de R\$ 64.469;

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

▶ Glosa de compensação de créditos de Finsocial, em pagamento de COFINS. Os créditos de Finsocial têm origem em pagamento a maior do referido tributo. Valor aproximado de R\$ 33.818;

Instrução Normativa SRF Nº 86, de 22 de outubro de 2001

Multa pelo atraso na apresentação de documentos e arquivos magnéticos, previstos na IN-SRF nº 86 de 22 de outubro de 2001, referentes aos anos calendários de 2002 a 2005, muito embora a Companhia tenha feito a apresentação dos referidos documentos e arquivos magnéticos dentro do prazo estipulado em medida judicial, que concedeu a dilação do prazo estabelecido pela fiscalização. Valor aproximado de R\$ 76.459;

19. Adiantamento por cessão de direito de lavra - marca “blockbuster”

Em 30 de junho de 2008, Lojas Americanas e sua subsidiária integral BWU, firmaram com a FAI, contrato de Acordo de Cessão de Direito de Lavra, pelo prazo de 20 anos, para exploração da marca BLOCKBUSTER®, com o objetivo de explorar a oferta de produtos financeiros, securitários e previdenciários, destinados a pessoas físicas.

Por conta dessa associação Lojas Americanas e sua subsidiária integral BWU receberam da FAI, o montante de R\$ 30.600 e R\$ 20.400 respectivamente, classificados como Adiantamento por cessão de Direito de Lavra (R\$ 30.600 na controladora e R\$ 25.500 no consolidado), que serão apropriados pelo prazo de vigência do contrato.

O contrato estabelece o cumprimento de determinadas metas de performance, que deverão ser atingidas num prazo máximo de 3 anos contados a partir da data do início da operação. Ficou estabelecido, ainda, o pagamento de multas imputáveis à Lojas Americanas, no montante máximo de R\$ 25.500 (R\$ 12.750 no consolidado), caso tais metas não sejam atingidas. Os valores das multas serão calculados em três anos e estarão sujeitos a procedimentos de auditoria, por auditores independentes.

Como garantia das multas contratuais pelo não cumprimento das metas, a BWU e Lojas Americanas outorgaram à FAI garantias que correspondem a 120% do valor total das penalidades. Essas garantias correspondem a cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de aplicações financeiras contratadas pela BWU junto à afiliadas do Banco Itaú Holding, podendo ser substituídas por fiança bancária, cessão fiduciária dos direitos creditórios detidos por Lojas Americanas contra a REDECARD ou contra FAI e aplicações financeiras contratadas pela Lojas Americanas junto à afiliadas do Banco Itaú Holding. Estes ativos financeiros colocados em garantia são representados por debêntures classificados na rubrica de títulos e valores mobiliários e são registrados no montante, em R\$ 31.979, em 30 de setembro de 2010 (R\$ 29.962 e R\$ 27.265 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009).

Demonstração da movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial (01.01.2009)	29.835	24.863
Parcelas apropriadas no resultado:		
2009	(2.295)	(1.912)
2010	(382)	(320)
Saldo a apropriar	27.158	22.631
Parcela do circulante (*)	(1.530)	(1.275)
Parcela do não circulante	25.628	21.356

(*) Registrada no Balanço patrimonial como outros circulantes.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 800.000.000 ações ordinárias e/ou preferenciais. Não existe direito de preferência para subscrição de ações. Em 30 de setembro de 2010, o capital social é representado por 758.302.985 ações nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 281.689.106 ações ordinárias e 476.613.879 ações preferenciais, sem valor nominal.

b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	Ordinárias Nominativas	Preferenciais nominativas	Total
Em 1° de janeiro de 2009	281.689.106	475.352.578	757.041.684
Rerratificação do Plano de ações 2007 conforme AGE de 29/04/2009 e RCA de 21/12/2009	-	(2.577.729)	(2.577.729)
Aumento de capital conforme RCA 30/07/2010	-	3.839.030	3.839.030
Em 31 de dezembro de 2009 e 30 de setembro de 2010	281.689.106	476.613.879	758.302.985

20. Patrimônio líquido--Continuação

b) Movimentação das ações do capital--Continuação

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovada a subscrição de 3.839.030 ações preferenciais, por força do exercício das opções de compra ações, denominado “Plano 2009” (Nota 20). Com isso, o capital social subscrito da Companhia passou de R\$242.845 para R\$ 275.054, dividido em 281.689.106 ações ordinárias e 476.613.879 ações preferenciais, representando um total geral de 758.302.985 ações.

As ações subscritas e integralizadas, no 1º semestre de cada exercício, oriundas do plano de subscrição de ações, têm direito a 100% dos dividendos declarados no exercício, ao passo que as ações subscritas e integralizadas no 2º semestre têm direito a 50% dos dividendos declarados no exercício.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2009, rerratificando deliberações do Conselho de Administração de 31/07/2008 e 20/08/2008 em relação às ações emitidas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em AGE de 30/04/91, e acolhendo proposta do próprio Conselho de Administração, foi retificado o capital social para refletir a totalidade de ações integralizadas pelos beneficiários no âmbito do programa 2007 – modalidade a prazo. Dessa forma, o capital social da companhia passou a ser de R\$242.845, dividido em 754.462.455 ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 281.689.106 ações ordinárias, com alteração da quantidade de ações preferenciais, que passou de 475.352.578 para 472.773.349. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2009, foi retificada a quantidade de ações em que é expresso o capital social da Companhia, estabelecido através da deliberação constante do item 6.3.2. da Assembléia Geral Extraordinária, de 29 de abril de 2009. Dessa forma, o capital social da companhia continua sendo de R\$ 242.845, representado por 754.463.955 ações, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, sendo 281.689.106 ações ordinárias, com alteração da quantidade de ações preferenciais, que passou de 472.773.349 para 472.774.849.

20. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ações em tesouraria

Em consonância com as Instruções da CVM n.º 10/80 e 268/97, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 4 de junho de 2003, aprovou o novo plano de recompra de ações da Companhia, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou posterior cancelamento. O programa prevê a recompra de até 10.788.942 ações ordinárias nominativas escriturais e 36.505.323 ações preferenciais nominativas escriturais.

O referido programa de recompra de ações vem sendo prorrogado a cada 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, desde sua edição, a fim de que a Companhia possa, efetivamente, atingir ao patamar de compra autorizado, sendo que em 30 de setembro de 2010 a Companhia já havia recomprado 8.218.309 ações ordinárias nominativas escriturais e 19.625.503 ações preferenciais nominativas escriturais.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de agosto de 2010, foi deliberado por unanimidade de seus membros, prorrogar por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, ou seja, até 26 de agosto de 2011, o prazo para recompra do saldo de ações.

Por força do exercício da opção de compra ações, denominado "Plano 2009", foram alienadas, no trimestre 904.300 ações preferenciais mantidas em tesouraria, por R\$ 7.587, gerando resultado positivo de R\$ 2.550, os quais foram reconhecidos como reserva de capital, no patrimônio líquido.

Movimentação das ações em tesouraria:

	Ordinárias nominativas	Preferenciais nominativas	Total	Saldo - R\$
Em 01 de janeiro de 2009	8.218.309	20.179.480	28.397.789	155.242
Aquisição de ações		132.523	132.523	2.551
Em 31 de dezembro de 2009	8.218.309	20.312.003	28.530.312	157.793
Aquisição de ações	-	217.800	217.800	1.352
Alienação de ações (*)	-	(904.300)	(904.300)	(5.038)
Em 30 de setembro de 2010	8.218.309	19.625.503	27.843.812	154.107
Custo médio de aquisição em 30 de setembro de 2010 por ação - R\$	5,43	5,58		
Valor de mercado em 30 de setembro de 2010 por ação - R\$	12,77	15,48		

20. Patrimônio líquido—Continuação

d) Reserva para novos empreendimentos

A reserva para novos empreendimentos é constituída com base em orçamentos de capital, submetidos a aprovação dos acionistas em assembléia geral, e destina-se a planos de investimentos futuros da Companhia.

e) Ágio em transações com ações de controlada

Em 08 de maio de 2008, o Conselho de Administração da controlada B2W, nos termos da Instrução CVM nºs 10/80 e 268/97, aprovou programa de recompra de ações de emissão da própria B2W, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou cancelamento, até o limite de 4.971.895 ações ordinárias. Até 30 de setembro de 2010, a controlada B2W recomprou 3.279.982 ações ordinárias, cujo custo médio ponderado de aquisição era de R\$ 66,66 (3.341.023 e 3.325.104 ações ordinárias, ao custo médio ponderado de aquisição de R\$ 66,66 e R\$ 66,73, em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2009, respectivamente).

Até 31 de dezembro de 2009, a variação entre o valor patrimonial e o custo de aquisição decorrente da compra das ações da B2W pela própria B2W foi registrada na Companhia como ágio, classificado no Ativo Intangível. A respectiva amortização calculada até 31 de dezembro de 2008 usando o prazo de amortização de 10 anos. A partir de 2009, o ágio passou a estar sujeito somente a avaliação anual de impairment.

Todavia, por conta da adoção inicial dos novos CPCs e IFRS (Pronunciamento Técnico CPC 36, ICPC 09 e IAS 27), a Companhia efetuou a reclassificação deste ágio para “Ágio em Transações de Capital”, classificada no patrimônio líquido no montante de R\$ 106.659 em 1º de Janeiro de 2009.

Adicionalmente, também de acordo os Pronunciamentos Técnicos CPC 36, ICPC 09 e IAS 27, a Companhia reclassificou para “Ágio em Transações de Capital” as vendas e compras de participação acionária na controlada B2W realizadas durante o exercício de 2009, que anteriormente estavam contabilizadas como resultado e ágio, no montante líquido de R\$ (5.038).

20. Patrimônio líquido—Continuação

f) Prejuízos acumulados apurados ao final do exercício de 2009 em função da adoção inicial dos novos CPCs

Em função dos ajustes da adoção inicial dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 30 de setembro de 2010, conforme descrito na Nota 4, a Companhia apurou um redução de R\$ 1.303 ao lucro líquido originalmente apurado ao final do exercício de 2009. Este montante após as destinações do lucro líquido daquele exercício aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas, resultou na apuração de prejuízo acumulado, o qual foi demonstrado como “Lucros (Prejuízos) Acumulados” na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Desta forma, em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia propôs à Assembléia Geral de Acionistas absorver este montante de prejuízos acumulados, antes da destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 à reserva para novos empreendimentos.

g) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/76.

h) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 11 de outubro de 2010, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio para pagamento em 25 de abril de 2011, no montante global bruto de R\$ 16.000 (líquido de R\$ 13.600), com base sobre o resultado apurado em Balanço Intermediário, até 30 de setembro de 2010, na conformidade do previsto no artigo 29 do Estatuto Social.

21. Pagamento baseado em ações

▶ Plano de Subscrição de Ações da Controladora (Lojas Americanas S.A.)

A Companhia oferece aos seus executivos, Plano de subscrição de ações com as seguintes características:

Executivos tem a opção por 60 meses de subscrever ações da Companhia a um preço que normalmente corresponde a 90% da média do preço médio das ações na Bovespa no mês da aprovação do Plano, sendo este preço de subscrição atualizado pela variação do IGP-M;

Os executivos podem subscrever ações usando 2 formas: (a) pagamento a vista (recursos próprios ou recursos oriundos da Participação nos lucros) ou (b) pagamento a prazo sendo este financiado pela Companhia (10% a vista e o restante, 90%, atualizados pelo IGP-M e Juros de 6% a.a.);

Subscritores têm a livre disponibilidade da parcela dos dividendos em dinheiro oriundos das ações subscritas que corresponder ao dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado em cada exercício. Excedente do dividendo mínimo de 25% poderá, caso determinado pelo Comitê, compensar automaticamente a dívida existente pela aquisição de ações a prazo ou ser aplicado em novas subscrições de ações.

Os executivos só poderão alienar suas ações, salvo decisão contrária do Comitê, quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e forem observadas condições definidas no Plano tais como cessão de relação de trabalho. A Companhia possui preferência na recompra de ações uma vez cessada a relação de trabalho.

Em reuniões do Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações realizadas em 24 de julho de 2009, 02 de abril de 2007 e 13 de setembro de 2005, foram aprovados os Planos de subscrição de ações 2009, 2007 e 2005, no qual foram aprovadas as subscrições de 4.767.580 ações PN, 10.362.690 ações PN e 3.189.810 ações PN, respectivamente, a serem exercidas até julho de 2014 (a partir de 2010), abril de 2012 (a partir de 2008) e abril de 2010 (a partir de 2006). A movimentação dos Planos já considera o grupamento deliberado na AGE de 27 de julho de 2007.

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Planos 2009, 2007 e 2005 que encontravam-se em aberto em 30 de setembro de 2010 oferecidos aos principais executivos da Companhia:

	Plano 2009	Plano 2007	Plano 2005
Valor de subscrição da ação na data da outorga	8,39	10,97	3,86
Valor de mercado da ação na data da outorga	10,13	12,93	4,32
Valor do benefício	1,74	1,96	0,46
Número de ações estimadas pela Companhia a serem subscritas e mantidas pós período de “vesting”	3.225.464	286.581(*)	78.259
Data de outorga	24/07/2009	02/04/2007	13/09/2005
Período de “vesting”	5 anos	5 anos	5 anos

(*) Quantidade após rerratificação do Plano de Subscrição de Ação 2007, aprovado na AGE, em 29 de abril de 2009 e em RCA realizada em 21 de dezembro de 2009.

21. Pagamento baseado em ações--Continuação

▶ Plano de opção de compra de ações 2009

As ações subscritas pelos executivos da Companhia no denominado “Plano 2009”, no total de 4.743.330 ações preferenciais, tiveram origem na emissão de 3.839.030 novas ações preferenciais, aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2010, e na alienação de 904.300 ações preferenciais mantidas em tesouraria (Nota 20c).

Os valores destes benefícios concedidos aos executivos referentes aos Planos de Subscrições de Ações 2009, 2007 e 2005 foram estimados, considerando os valores de mercado das ações da Companhia nas datas das outorgas de cada um dos Planos e os respectivos valores de subscrição da ação definido nos respectivos planos outorgados. Conforme especialistas contratados pela Companhia, os modelos de precificação Black Sholes e Binomial usualmente utilizados na mensuração de Planos de Opção não são aplicáveis ao Plano da Controladora. Nestes Planos, os benefícios foram mensurados pelo “valor intrínseco”.

Os custos de remuneração dos executivos provenientes dos Planos 2009, 2007 e 2005 para o período findo em 30 de setembro de 2010 foram de R\$ 1.088 registrados como despesas operacionais na Controladora (R\$ 913 em 31 de dezembro de 2009 registrados como despesas operacionais na controladora). Os custos de remuneração dos Programas de 2009, 2007 e 2005 a serem reconhecidos pela Controladora pelo “vesting period” dos Planos (2010 a 2014) considerando as premissas usadas totalizam R\$ 6.304.

Com base na composição acionária do capital social em 30 de setembro de 2010, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas caso sejam subscritas e mantidas pós período de “vesting” todas as ações dos Planos 2009, 2007 e 2005 é inferior a 2%.

Conforme características dos Planos, parte das subscrições de ações efetuadas pelos executivos (beneficiários) são financiadas pela Companhia. O saldo financiado em 30 de setembro de 2010 a estes executivos, registrado no Ativo não circulante (contas a receber de acionistas – Plano de Subscrição de Ações), monta a R\$ 57.785 (R\$ 35.735 em 31 de dezembro de 2009), sendo o mesmo atualizado monetariamente pelo IGP-M com incidência de juros de 6% a.a.. As respectivas ações subscritas e o patrimônio dos executivos são a garantia dos respectivos financiamentos.

21. Pagamento baseado em ações--Continuação

- ▶ Plano de opção de compra de ações 2009--Continuação

Controlada B2W

A Controlada aprovou, na AGE de 13 de dezembro de 2006, Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano B2W"), na forma do § 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76, destinado aos seus Administradores e empregados. A AGE de 31 de março de 2007 que deliberou sobre a incorporação da Companhia na TV Sky Shop S.A. ratificou a manutenção do Plano aprovado em dezembro de 2006, como mencionado. As opções são limitadas a 3% do total do capital social.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da controlada ou por um Comitê por ele designado e possui as seguintes características:

- ▶ O equivalente a 10% da opção deverá ser exercido pelo beneficiário na data da outorga;
- ▶ O restante da opção não terá prazo de carência, podendo ser exercido total ou parcialmente a qualquer momento, até o término do programa;
- ▶ O preço de emissão, o preço de compra será equivalente ao valor médio do preço de fechamento das opções da Companhia nos últimos 22 pregões da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA anteriores à data da concessão da opção, sendo o pagamento do preço de emissão ou de compra do lote residual acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM e ainda juros de 6% ao ano a contar da data da outorga;
- ▶ O preço de exercício das opções não exercidas será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, pagos pela Companhia na data da outorga;
- ▶ As ações exercidas poderão ser livremente alienadas por seus beneficiários quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e for observado o período de serviço que varia entre trinta e sessenta meses;
- ▶ A controlada possui preferência na opção de recompra das ações uma vez cessada a relação de trabalho.

21. Pagamento baseado em ações--Continuação

▶ Plano de opção de compra de ações 2009--Continuação

Controlada B2W--Continuação

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Programas de 2009 e 2007 que encontravam-se em aberto em 30 de setembro de 2010 oferecidos aos principais executivos da controlada B2W:

	Programa 2009	Programa 2007
Volume global (ON)	1.189.414	1.099.868
Preço de exercício	33,63	45,46
Prazo limite de exercício	6 anos	6 anos
Data da subscrição	30/07/2010	10/12/2007 e 23/09/2008
Quantidade de ações ofertadas	1.006.861	906.736
Quantidade de ações não exercidas	121.500	207.216
Quantidade de ações canceladas	137.500	658.392
Custo médio ponderado das ações não exercidas	37,39	65,14

O valor justo das ações outorgadas pelo Plano da controlada B2W foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programa 2009	Programa 2007
Taxa livre de risco	10,64%	9,79%
Duração do "Plano" em anos	6	6
Volatilidade anualizada esperada	40,83%	45,3%
<i>Dividend yield</i>	0,23%	1,44%
Valor justo da opção na data de outorga (por ação)	28,85	19,43
Valor de mercado na data da outorga (por ação)	33,63	58,37
Taxa de desistência esperada *	50,00%	50,00%

(*) A taxa de desistência corresponde ao percentual das opções de ações outorgadas que a Companhia espera que não sejam exercidas, em função do não cumprimento por parte dos participantes das condições estabelecidas no Plano B2W. Esta taxa foi estimada pela Companhia com base em histórico e monitoramento do cumprimento das condições de performance dos participantes do Plano B2W.

21. Pagamento baseado em ações--Continuação

- ▶ Plano de opção de compra de ações 2009--Continuação

Controlada B2W--Continuação

Da data de aprovação do Plano da controlada B2W até 30 de setembro de 2010 foram exercidas:

Período do exercício de opção	Quantidade de ações	Montante total em reais	Custo ponderado médio	Valor de mercado ponderado médio na data do exercício das opções
2007	69.952	3.180	45,46	78,10
2008	141.403	6.799	48,08	56,97
2009	27.495	925	33,63	28,70

Os custos de remuneração provenientes do “Plano” para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 foram de R\$ 1.677 (R\$ 1.337 em 30 de setembro de 2009) tendo como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do “Plano”, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do “Plano” a serem reconhecidos pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$1.017

Com base na composição acionária do capital social em 30 de setembro de 2010, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2010	30.09.2009
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	38.030	16.662	110.602	61.108
Descontos financeiros obtidos	19.177	13.868	21.710	17.186
Ajuste a valor presente de contas a receber	27.651	33.149	94.532	98.754
Outras receitas financeiras	3.076	2.883	5.109	11.745
Total receita financeira	87.934	66.562	231.953	188.793
Juros, variação monetária dos empréstimos e financiamentos e operações de swap	(179.778)	(164.594)	(336.828)	(237.963)
Despesa com antecipação de recebíveis	(1.982)	(22.792)	(63.070)	(95.720)
Variação monetária do passivo fiscal	(7.444)	(8.786)	(9.680)	(11.222)
Despesas bancárias e tributos sobre transações financeiras	(11.830)	(10.064)	(17.175)	(16.314)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(63.048)	(64.849)	(110.710)	(121.344)
Descontos condicionais/concedidos	(7)	(50)	(51.239)	(71.977)
Outras despesas financeiras	(21.621)	(9.596)	(28.642)	(34.330)
Total despesa financeira	(285.710)	(280.731)	(617.344)	(588.870)
Resultado financeiro líquido	(197.776)	(214.169)	(385.391)	(400.077)

23. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2010	30.09.2009	30.09.2010	30.09.2009
Vendas				
Pessoal	(212.687)	(187.421)	(270.126)	(243.063)
Ocupação	(207.065)	(193.791)	(224.523)	(208.279)
Provisão para devedores duvidosos	(3.802)	(5.894)	(80.934)	(72.790)
Suprimentos	(12.835)	(11.918)	(12.835)	(11.918)
Tarifas e comissões	(45.455)	(41.449)	(85.081)	(93.832)
Distribuição	(5.327)	(5.342)	(153.579)	(148.303)
Outras	(53.751)	(58.584)	(238.983)	(222.523)
	(540.922)	(504.399)	(1.066.061)	(1.000.708)
Administrativas e gerais				
Pessoal	(18.443)	(17.988)	(40.812)	(36.452)
Ocupação	(1.796)	(1.738)	(2.885)	(2.766)
Serviços contratados	(10.722)	(14.612)	(10.722)	(14.612)
Outras	(6.606)	(2.752)	(39.027)	(40.186)
	(37.567)	(37.090)	(93.446)	(94.016)
Outras	(1.012)	(5.662)	(33.897)	(32.558)
	(579.501)	(547.151)	(1.193.404)	(1.127.282)

24. Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo. A Companhia e controladas utilizam instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos a termo, opções, swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados em 30 de setembro de 2010 e 30 de junho de 2010 pela Administração foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F. Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que a Companhia e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado.

24. Instrumentos financeiros – Continuação

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros - Continuação

Os valores dos principais instrumentos financeiros que refletiriam possível diferença entre o valor contábil e o valor justo são como se segue:

Em 30 de setembro de 2010:

	<u>Base do Registro</u> <u>Contábil –</u> <u>CPC 14</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>Custo</u> <u>amortizado</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>	<u>Custo</u> <u>amortizado</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>
<u>Ativo</u>					
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo (i)	587.648	587.820	1.556.132	1.557.812
<u>Passivo</u>					
Debêntures	Custo amortizado	383.362	373.042	858.978	836.087
Empréstimos e financiamentos:					
Moeda nacional	Custo amortizado	1.281.112	1.108.108	2.217.347	2.017.589
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (ii)	414.026	426.807	1.101.113	1.164.788
Swaps tradicionais	Valor justo	19.870	7.089	54.547	(9.128)

(i) AAP: Ajuste de Avaliação Patrimonial

(ii) Na aplicação das regras da contabilidade de hedge (“hedge accounting”), as dívidas são ajustadas pelos efeitos do valor justos dos riscos cobertos.

24. Instrumentos financeiros – Continuação

(b) Valor justo dos instrumentos financeiros - Continuação

Em 31 de dezembro de 2009:

	<u>Base do Registro</u> <u>Contábil –</u> <u>CPC 14</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>Custo</u> <u>amortizado</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>	<u>Custo</u> <u>amortizado</u>	<u>Valor</u> <u>Justo</u>
<u>Ativo</u>					
Títulos e valores mobiliários	Valor Justo (i)	1.137.530	1.137.947	2.069.676	2.072.461
<u>Passivo</u>					
Debêntures	Custo amortizado	378.387	361.830	759.466	731.505
Empréstimos e financiamentos:					
Moeda nacional	Custo amortizado	1.295.719	1.118.657	2.073.729	1.880.912
Moeda estrangeira	Contabilidade de hedge (ii)	508.418	507.513	968.354	980.761
Swaps tradicionais	Valor justo	40.354	41.259	52.342	39.934

(i) AAP: Ajuste de Avaliação Patrimonial

(ii) Na aplicação das regras da contabilidade de hedge (“hedge accounting”), as dívidas são ajustadas pelos efeitos do valor justo dos riscos cobertos.

(c) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis da Companhia e suas controladas serem essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. Aproximadamente 55% (41% - Consolidado) das vendas da Companhia são realizadas à vista e o restante através de cartões de crédito administrados por terceiros e pela controlada em conjunto FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A Companhia e suas controladas mantêm provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

24. Instrumentos financeiros – Continuação

(d) Risco de taxa de juros

A Companhia e controladas utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e o seu crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento e operações, a Companhia e controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, substancialmente indexados a variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(e) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza-se de derivativos tais como swaps tradicionais e contratos futuros de dólar com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da Moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras (nas controladas apenas swaps tradicionais).

Em 30 de setembro de 2010, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

- Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte destes swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos ou ienes), geralmente consoante a Resolução nº 2770 do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas operações de swap referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (vide condições na nota explicativa de empréstimos e financiamentos – nota 13) para moeda e taxa de juros locais, variando de 100% a 135% do CDI (CDI – EXTRAGRUPPO que equivale a Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela Central de Liquidação e Custódia de Títulos Privados – CETIP). Estes

contratos montam em 30 de setembro de 2010 um valor de referência de R\$ 412.808 na controladora (R\$ 1.114.489 no consolidado). Em 30 de dezembro de 2009 um valor de referência de R\$ 439.301 na controladora (R\$ 940.264 no consolidado). Estas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia e controladas tem a intenção de liquidar tais contratos sempre simultaneamente com os respectivos empréstimos itens objeto de *hedge*. Neste tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2009</u>
<u>Objeto do hedge (dívida)</u>	Custo amortizado	415.357	479.733	1.102.444	895.857

	Ajustada pelo valor justo dos riscos cobertos	428.138	565.524	1.166.119	1.011.374
		<u>12.781</u>	<u>85.791</u>	<u>63.675</u>	<u>115.517</u>
Swaps					
<u>Posição ativa</u> (Dólar ou Iene + Pré)	Custo amortizado	(415.357)	(479.733)	(1.102.444)	(895.857)
	Valor justo	<u>(424.305)</u>	<u>(496.785)</u>	<u>(1.150.734)</u>	<u>(916.174)</u>
		(8.948)	(17.052)	(48.290)	(20.317)
<u>Posição passiva</u> (% CDI)	Custo amortizado	435.227	505.415	1.156.992	949.741
	Valor justo	<u>431.394</u>	<u>436.676</u>	<u>1.141.607</u>	<u>854.541</u>
		(3.833)	(68.739)	(15.385)	(95.200)
		<u>(12.781)</u>	<u>(85.791)</u>	<u>(63.675)</u>	<u>(115.517)</u>

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos até 30 de setembro de 2010 foram registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar no valor justo de R\$ 7.089 está registrado na rubrica “empréstimos e financiamentos” (saldo a receber no valor justo de R\$ 9.128 no consolidado) em 30 de setembro de 2010. Em 30 de junho de 2010, na controladora, saldo a pagar no valor justo de R\$ 649 (saldo a receber no valor justo de R\$ 42.333 no consolidado).

As faixas de vencimentos dos contratos de swaps em 30 de setembro de 2010 encontram-se a seguir:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	Montante Total	Saldo	Montante Total	Saldo
2010	32.338	(603)	296.095	14.739
2011	63.244	442	117.719	(8.689)
2012	45.728	(1.141)	264.665	(15.281)
2013	282.995	8.391	370.120	995
2014	-	-	-	-
2015	-	-	102.135	(892)
Total	424.305	7.089	1.150.734	(9.128)

- Contratos futuro de Dólar:

A Companhia (apenas a Controladora) utiliza para parte da dívida em moeda estrangeira contratos futuros de dólar como instrumento de hedge para eventuais oscilações de câmbio. Estes contratos são negociados na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) e tem o mesmo propósito de proteção das operações de swap descritas acima.

Em 30 de setembro de 2010 a sua posição estava zerada.

Em 30 de setembro de 2009:

Quantidade de contratos	Valor unitário	Vencimento	Dólar de ajuste		Valor Contratado	Valor Mercado
			Mínimo	Máximo		
5	US\$ 50	03/11/2009	1,7915	1,7915	450	445

Os contratos abertos em 30 de setembro de 2009 com vencimento em 03 de novembro de 2009 foram negociados diretamente na BM&F/BOVESPA sendo apurada uma perda de R\$ 14 neste vencimento. Esta perda foi compensada com o efeito da desvalorização cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira. Até 30 de setembro de 2010 foi apurado um ganho de R\$ 8 (até 30 de setembro de 2009 uma perda de R\$ 25.623). Na data de vencimento destes contratos, a Companhia geralmente negocia para próximo vencimento a quantidade de contratos futuros necessária, de forma a manter a proteção da totalidade de sua dívida em moeda estrangeira. Em 30 de setembro de 2010, apesar de zerada a sua posição, a Companhia mantém em margem para esta operação o montante de R\$ 16.000, garantida através de aplicações financeiras não restritas em CDB's (R\$ 16.000 em 30 de setembro de 2009).

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais e contratos futuros de dólar, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a valorização do Real até 30 de setembro de 2010, em decorrência da atual condição de mercado, não produziu ou produzirá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. No caso de uma possível desvalorização do Real, os efeitos seriam similares, ou seja, não relevantes (vide quadro de análise de sensibilidade abaixo).

O resultado com essas operações de proteção gerou uma perda (variação entre as taxas de câmbio e variação das taxas do CDI) até 30 de setembro de 2010 no montante de R\$ 24.488 (perda de R\$ 169.341 até 30 de setembro de 2009) na controladora e R\$ 66.322 (perda de R\$ 442.503 até 30 de setembro de 2009) no consolidado, registrado contabilmente no resultado financeiro. A variação cambial sobre os empréstimos indexados em moeda estrangeira (sob proteção destes derivativos) contabilizada a crédito de despesa financeira até 30 de setembro de 2010 foi de R\$ 1.887 (R\$ 157.063 contabilizada a crédito de despesa financeira até 30 de setembro de 2009) na controladora e R\$ 26.420 (R\$ 353.058 contabilizada a crédito de despesa financeira até 30 de setembro de 2009) no consolidado, registrado contabilmente como despesa financeira.

(f) Análise de sensibilidade das operações de *swaps*

As operações de *swaps* registradas pela Companhia e controladas foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimo em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 30 de setembro de 2010, a dívida bruta da Companhia (controladora) em moeda estrangeira era de R\$ 426.807, sendo R\$ 345.904 em Dólares Norte-Americanos e R\$ 80.903 em lene. No consolidado a dívida bruta era de R\$ 1.164.788, sendo R\$ 1.083.885 em Dólares Norte-Americanos e R\$ 80.903 em lene.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 29 de outubro de 2010, indicavam uma taxa de câmbio para o final do exercício de 2010 (cenário provável) de 1,7000 R\$/US\$ e 0,020369 R\$/lene, ante uma taxa de 1,6942 R\$/US\$ e 0,020300 R\$/lene verificada em 30 de setembro de 2010.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50% respectivamente, acima da expectativa provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão Controladora

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa câmbio em 30/09/2010		1,6942	1,6942	1,6942
Taxa câmbio estimada para 31/12/2010		1,7000	2,1250	2,5500
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	1.184	87.956	174.728
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(1.184)	(87.956)	(174.728)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo
lene				
Taxa câmbio em 30/09/2010		0,020300	0,020300	0,020300
Taxa câmbio estimada para 31/12/2010		0,020369	0,025462	0,030554
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação lene)	277	20.572	40.867
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação lene)	(277)	(20.572)	(40.867)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Visão Consolidado

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa câmbio em 30/09/2010		1,6942	1,6942	1,6942
Taxa câmbio estimada para 31/12/2010		1,7000	2,1250	2,5500
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	3.711	275.610	547.508
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(3.711)	(275.610)	(547.508)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Iene				
Taxa câmbio em 30/09/2010		0,020300	0,020300	0,020300
Taxa câmbio estimada para 31/12/2010		0,020369	0,025462	0,030554
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação Iene)	277	20.572	40.867
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação Iene)	(277)	(20.572)	(40.867)
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo

(g) Análise de sensibilidade da variação da taxa do CDI

A Companhia e controladas mantêm a totalidade da sua dívida e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). Em 30 de setembro de 2010, a Companhia (controladora) apresentava uma dívida líquida de R\$ 1.403.325, representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de caixa e títulos/valores mobiliários (no consolidado a dívida líquida era de R\$ 2.551.970).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 29 de outubro de 2010, indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 9,92%, cenário provável para o exercício de 2010, ante a taxa efetiva de 9,87% verificada para o exercício de 2009.

A Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Visão Controladora

Operação	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2009	9,87%	9,87%	9,87%
Dívida Líquida	1.403.325	1.403.325	1.403.325
Taxa anual estimada do CDI em 2010	9,92%	12,40%	14,88%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	702	35.504	70.307

Visão Consolidado

Operação	Cenário Provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2009	9,87%	9,87%	9,87%
Dívida Líquida	2.551.970	2.551.970	2.551.970
Taxa anual estimada do CDI em 2010	9,92%	12,40%	14,88%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	1.276	64.565	127.854

25. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros para os bens do estoque e do ativo imobilizado, bem como para roubos e furtos de numerário. Em 30 de setembro de 2010, as coberturas da Companhia são assim demonstradas:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura - R\$</u>
Estoques e imobilizado	Incêndios e riscos diversos	3.167.581
Estoques e imobilizado	Lucro cessante	262.229
	Responsabilidade civil	20.000
Numerários	Roubos	700
Mercadorias	Roubos	3.025

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, revisar a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

26. Contratos de locação

a) Controladora

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia possui 509 contratos de locação (490, em 30 de junho de 2010) para suas unidades comerciais, de logística e administrativa. Em atendimento ao CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela

Deliberação CVM nº 554/08, de 12 de novembro de 2008, a Companhia analisou em 30 de setembro de 2010, os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior entre ambos, com apuração semestral ou anual. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Em 30 de setembro de 2010, as despesas de aluguéis, condomínios e outras relacionadas totalizaram R\$ 146.362 (R\$ 138.546 em 30 de setembro de 2009) na controladora. Os compromissos futuros, tomando-se por base as lojas existentes em 30 de setembro de 2010, oriundos destes contratos de locação, são assim distribuídos:

	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014 em diante</u>
Aluguéis	52.621	221.007	232.057	243.660	255.843

b) Controlada B2W

A Companhia mantém Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças com a Hulusa Comercial e Imóveis Ltda (empresa não relacionada). Através deste instrumento, a controlada B2W, na qualidade de locatária, e a Hulusa, na qualidade de locadora, executaram um estudo de implantação de um novo centro de distribuição - CD a ser utilizado pela B2W no imóvel de propriedade da Hulusa. Este novo CD vem sendo usado pela Companhia desde agosto de 2008. A Companhia mantém ainda os CDs de Pirambóia e Osasco, cuja consolidação das operações no CD pertencente à Hulusa é esperada no futuro.

O aluguel é atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC (em 30 de setembro de 2010 o valor do aluguel mensal era de R\$903). O prazo da locação é de 10 anos (120 meses), contados da data de celebração do referido instrumento de locação. Para garantia deste novo CD, a Companhia efetuou pagamentos no montante total de R\$10.000 que estão sendo compensados com os aluguéis vindouros, na razão de 50% do aluguel mensal. Lojas Americanas S.A. é fiadora, devedora solidária, e principal pagadora das obrigações da Companhia sob o referido contrato.

A Companhia incorreu no período findo em 30 de setembro de 2010 em despesas de aluguéis relacionadas aos CDs e sede o montante de R\$18.238 (R\$16.422 em 30 de setembro de 2009).

Em atendimento ao CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008, a Companhia analisou os

referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CDs em uso, a valores de 30 de setembro de 2010 são assim distribuídos:

	2010	2011	2012	2013	2014 em diante
Aluguéis	24.317	24.324	24.331	24.338	25.590

27. Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu os seus segmentos operacionais como segue:

- ▶ Comércio físico - comércio varejista, através dos estabelecimentos da Lojas Americanas no formatos tradicional e express;
- ▶ Comércio eletrônico - comércio de produtos e prestação de serviços por diversos meios não presenciais, em especial a Internet
- ▶ Produtos financeiros - empréstimo pessoal (na modalidade cheque); administração de carteira de cartão de crédito, além da venda de seguros e outros produtos financeiros através das controladas em conjunto FAI;
- ▶ Outros - outras atividades que não atingiram os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos para apresentação em separado.

A Administração monitora separadamente os resultados de seus segmentos de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. Os resultados dos segmentos são mensurados utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme descritas nas Notas 2 e 3.

Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor Superintendente da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais

27. Informações por segmento--Continuação

destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais. Esses quatro segmentos são identificados com base na formalização legal dos negócios da Companhia.

Os quadros abaixo demonstram a segmentação dos negócios da Companhia:

	Comércio físico	Comércio eletrônico	Produtos financeiros	Outros	Total	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas	3.529.632	2.921.717	156.130	-	6.607.479	(163.774)	6.443.705
Custo das mercadorias vendidas e/ou dos serviços prestados	(2.519.513)	(2.116.374)	(14.022)	-	(4.649.909)	147.198	(4.502.711)
Lucro bruto	1.010.119	805.343	142.108	-	1.957.570	(16.576)	1.940.994
Depreciação e amortização	(71.951)	(51.468)	(744)	-	(124.163)	31.435	(92.728)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(587.414)	(452.039)	(148.337)	-	(1.187.790)	15.634	(1.172.156)
Receita / (Despesa) financeira	(168.269)	(217.994)	(438)	270	(386.431)	1.040	(385.391)
Participação em controladas e controlada em conjunto	12.961	-	-	-	12.961	(12.961)	-
Outras despesas operacionais	(1.012)	(24.103)	(8.338)	(3)	(33.456)	(441)	(33.897)
Lucro operacional	194.434	59.739	(15.749)	267	238.691	18.131	256.822
Imposto de renda e contribuição social	(60.852)	(20.018)	6.364	-	(74.506)	(10.671)	(85.177)
Participações dos empregados	-	-	(111)	-	(111)	(1)	(112)
Participações de não controladores	-	-	-	-	-	(20.757)	(20.757)
Lucro líquido do segmento	133.582	39.721	(9.496)	267	164.074	(13.298)	150.776

30 DE SETEMBRO DE 2010

Ativo circulante	2.749.193	2.065.693	374.151	8.047	5.197.084	(92.243)	5.104.841
Ativo não circulante	1.297.001	809.163	144.260	24.339	2.274.763	(317.607)	1.957.156
Passivo circulante	1.990.225	1.221.937	513.793	424	3.726.379	(139.219)	3.587.160
Passivo não circulante	1.636.496	1.408.102	-	20.489	3.065.087	(61.176)	3.003.911
Patrimônio Líquido	419.473	244.817	4.618	11.473	680.381	(209.455)	470.926

Outras informações:

Investimentos em ativos imobilizado e/ou intangíveis	111.846	195.971	10.525	-	318.342	-	318.342
--	---------	---------	--------	---	---------	---	---------

	Comércio físico	Comércio eletrônico	Produtos financeiros	Outros	Total	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas	3.078.983	2.526.286	129.120	-	5.734.389	(163.320)	5.571.069
Custo das mercadorias vendidas e/ou dos serviços prestados	(2.195.551)	(1.778.519)	(21.576)	-	(3.995.646)	143.641	(3.852.005)
Lucro bruto	883.432	747.767	107.544	-	1.738.743	(19.679)	1.719.064
Depreciação e amortização	(85.630)	(35.758)	(2.099)	-	(123.487)	21.712	(101.775)
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(544.148)	(433.932)	(140.957)	-	(1.119.037)	15.792	(1.103.245)
Receita / (Despesa) financeira	(193.864)	(196.045)	359	(14.796)	(404.346)	4.269	(400.077)
Participação em controladas e controlada em conjunto	(19.734)	-	-	-	(19.734)	19.734	-
Outras despesas operacionais	(4.886)	(24.533)	(2.757)	-	(32.176)	(382)	(32.558)
Lucro operacional	35.170	57.499	(37.910)	(14.796)	39.963	41.446	81.409
Imposto de renda e contribuição social	(19.550)	(18.385)	17.035	-	(20.900)	(9.529)	(30.429)
Participações dos empregados	-	-	(20)	-	(20)	-	(20)
Participações de não controladores	-	-	-	-	-	(16.216)	(16.216)
Lucro líquido do segmento	15.620	39.114	(20.895)	(14.796)	19.043	15.701	34.744

31 DE DEZEMBRO DE 2009

Ativo circulante	2.402.990	1.504.739	344.937	-	4.252.666	(89.788)	4.162.878
Ativo não circulante	1.680.240	551.605	50.060	1.801	2.283.706	(575.305)	1.708.401
Passivo circulante	1.467.636	932.918	347.545	339	2.748.438	(91.222)	2.657.216
Passivo não circulante	1.916.296	862.920	14.252	47	2.793.515	(27.552)	2.765.963
Patrimônio Líquido	699.298	260.506	33.200	1.415	994.419	(546.319)	448.100

Outras informações:

Investimentos em ativos imobilizado e/ou intangíveis	89.459	143.234	16.151	-	248.844	-	248.844
--	--------	---------	--------	---	---------	---	---------

28. Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 9.495 e R\$ 6.321, respectivamente (R\$ 15.323 e R\$ 10.653 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20).

29. Demonstração dos resultados abrangentes

Atendendo ao disposto no CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, segue a demonstração do resultado abrangente da controladora e consolidado para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e 2009:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
Lucro líquido do período	133.582	15.620	150.776	34.744
Outros resultados abrangentes				
Ganho em participação societária	1.694	-	1.694	-
Ganho na alienação de ações de controlada				
Ajuste de avaliação patrimonial	95	2.161	133	2.161
IR/CS s/ ganho na alienação de ações de controlada				
Total dos outros resultados abrangentes	1.789	2.161	1.827	2.161
Total do resultado abrangente	135.371	17.781	152.603	36.905

30. Outras informações

A sede social da empresa está localizada na Rua Sacadura Cabral 102, Saúde, Rio de Janeiro- RJ, CEP 20.081-902. As ações de Lojas Americanas S.A. são negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (LAME3 – ON e LAME4 – PN); sendo cotadas em 30 de setembro de 2010 por R\$ 12,77 ON e R\$ 15,48 PN (R\$ 10,10 ON e R\$ 13,08 PN em 30 de junho de 2010).

As ações da B2W – Companhia Global do Varejo, controlada de Lojas Americanas S.A., são negociadas pela BOVESPA no segmento especial de listagem do Novo Mercado sob o código BTOW3, sendo cotadas em 30 de setembro de 2010 por R\$ 31,30 por ação (R\$ 30,08 por ação em 30 de junho de 2010).

31. Eventos Subsequentes

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em janeiro de 2011, foi aprovada a constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), cujo objetivo é a aquisição de direitos de crédito da Companhia e outros, conforme previsto em seu regulamento, originados por meio de cartões de crédito utilizados em operações de venda de produtos e serviços realizados pela Companhia, que operará sob os principais termos descritos abaixo:

- a) Recebíveis elegíveis: Créditos contra a Cielo S.A.;
- b) Patrimônio líquido inicial: R\$541.500;
- c) Emissão de quotas sênior: 1ª emissão de 1.643 quotas no valor de R\$300 cada uma, totalizando R\$492.900;
- d) Emissão de quotas subordinadas mezanino: 1ª emissão de 72 quotas subordinadas mezanino no valor de R\$300 cada uma, totalizando R\$21.600;
- e) Emissão de quotas subordinadas júnior: 1ª emissão de 90 quotas subordinadas júnior no valor de R\$300 cada uma, totalizando R\$27.000, a serem subscritas e integralizadas pelas cedentes do FIDC, nos termos do regulamento; As cedentes da operação serão a própria Companhia e sua controlada B2W Companhia Global do Varejo S.A.
- f) Benchmark: (i) quotas sênior: 111% da taxa DI e (ii) quotas subordinadas mezanino: 155% da taxa DI;
- g) Prazo: a 1ª emissão terá prazo de duração de 60 meses;
- h) Data de resgate: ao final do 60º mês;
- i) Pagamento da remuneração: periodicidade semestral;
- j) Coordenador Líder: BB - Banco de Investimento S.A.;
- k) Administrador: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
- l) Custodiante: Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..

31. Eventos Subsequentes – continuação

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”)--Continuação

O Fundo foi denominado FÊNIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO VAREJO constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução do CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução CVM n.º 356/01. O Regulamento do fundo está disponível no site www.cvm.gov.br.

Alteração do acordo da Associação com o Itaú Unibanco Holding S.A.

De acordo com comunicado ao mercado, realizado em 14/03/2011, a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú Unibanco”) formalizaram a readequação da associação ocorrida em 2005, que resultou na constituição da FAI para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade, de produtos ou serviços financeiros do Itaú Unibanco ou suas afiliadas, nos canais de distribuição da Companhia.

A readequação da associação teve como fundamento a nova realidade do mercado de crédito brasileiro. De forma a padronizar e unificar as condições, todos os acordos relativos à associação foram consolidados em um único contrato com vencimento em 2026. Pelo novo contrato a Companhia receberá do Itaú Unibanco aproximadamente R\$ 10 milhões. Além disso, por um período de 5 anos, o Itaú Unibanco poderá pagar compensações adicionais à Companhia na forma de pagamentos trimestrais se não atingidas condições de rentabilidade mínima da FAI.

Com isso, o Itaú Unibanco e a Companhia reforçam assim seu comprometimento com o sucesso da FAI, que representa elemento importante para a estratégia das companhias em seus respectivos segmentos.

Notas Promissórias

Em 15 de abril de 2011, a Companhia realizou a primeira emissão de notas promissórias comerciais, distribuídas publicamente, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 (“Notas Promissórias”), no montante total de R\$500 milhões. Foram emitidas 250 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 2 milhões, vencimento em 12 de outubro de 2011 e remuneração fixada em 105,3% do CDI. A emissão das Notas Promissórias foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08 de abril de 2011, sendo os recursos captados com a sua emissão utilizados para a recomposição do caixa, em função do aporte de capital a ser realizado em sua controlada B2W.

31. Eventos Subsequentes

Incremento de investimento em B2W- Continuação

Em reunião do Conselho de Administração da controlada B2W realizada em 23 de março de 2011, foi aprovado aumento do seu capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado para subscrição privada, no montante aproximado de R\$1 bilhão, através da emissão de 46.253.470 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$21,62 por ação.

O preço de emissão das ações foi fixado com base na média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações da Companhia nos últimos sete pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), no período entre 14 e 22 de março de 2011, com desconto de 10% sobre o valor apurado.

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, a Companhia subscreveu a totalidade das ações a que tem direito por força de seu direito de preferência na subscrição das novas ações, totalizando integralização de capital na B2W no montante aproximado de R\$ 566 milhões. Adicionalmente, manifestou sua intenção de subscrever as sobras disponíveis que corresponderam a 4.523.608 ações (aproximadamente 10,84% do total), as quais, primeiramente, serão rateadas entre os acionistas que manifestaram interesse na aquisição de sobras, na forma do disposto no artigo 171, parágrafo 7º, "b", da Lei 6.404/76. O período para a subscrição das sobras encerra-se em 6 de maio de 2011.

Com a subscrição da totalidade das ações emitidas, o capital social da controlada B2W passará a ser de R\$1.182.490.663,74, representado por 159.816.337 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O aumento de capital na controlada B2W tem por objetivo melhorar a sua estrutura de capital, permitindo aumento significativo dos investimentos destinados à inovação tecnológica e ao desenvolvimento de logística e operações.

32. Demonstração do Valor Adicionado

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS				
Vendas de mercadorias e serviços	4.177.229	3.741.743	7.401.567	6.682.054
Outras receitas	1.430	1.420	9.141	11.810
Provisão para devedores duvidosos (constituição)	(3.796)	(5.879)	(74.402)	(70.614)
	4.174.863	3.737.284	7.336.306	6.623.250
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo das mercadorias vendidas (Inclui ICMS, PIS e COFINS)	(2.686.788)	(2.460.732)	(4.981.941)	(4.529.481)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(241.263)	(229.824)	(578.308)	(547.310)
Outros	(957)	(5.665)	(24.107)	(22.519)
	(2.929.008)	(2.696.221)	(5.584.356)	(5.099.310)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.245.855	1.041.063	1.751.950	1.523.940
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(83.718)	(85.540)	(104.499)	(101.775)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	1.162.137	955.523	1.647.451	1.422.165
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	32.799	(3.989)		
Receitas financeiras	97.499	66.562	231.953	188.793
Outros	11.567	9.588	11.567	14.988
	141.865	72.161	243.520	203.781
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.304.002	1.027.684	1.890.971	1.625.946
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
- Remuneração direta	(153.994)	(134.740)	(203.321)	(181.227)
- Benefícios	(35.425)	(31.022)	(49.952)	(45.155)
- FGTS	(8.878)	(8.251)	(13.112)	(12.260)
	(198.297)	(174.013)	(266.385)	(238.642)
Impostos, taxas e contribuições				
- Federais	(185.571)	(116.204)	(264.250)	(181.263)
- Estaduais	(354.146)	(310.307)	(397.015)	(387.574)
- Municipais	(14.304)	(13.412)	(19.200)	(17.027)
	(554.021)	(439.924)	(680.465)	(585.865)
Remuneração de capitais de terceiros				
- Juros	(278.954)	(265.542)	(609.465)	(599.472)
- Aluguéis	(139.148)	(132.586)	(163.123)	(151.008)
	(418.102)	(398.128)	(772.588)	(750.480)
Remuneração de capitais próprios				
- Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0
- Dividendos	0	0	0	0
- Lucros retidos	(133.582)	(15.620)	(150.776)	(34.744)
	(133.582)	(15.620)	(150.776)	(34.744)
Participação de acionistas não controladores			(20.757)	(16.216)
	(1.304.002)	(1.027.684)	(1.890.971)	(1.625.946)

33. Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

a) Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Líquido entre 01/01/2010 e 30/09/2010
- Consolidado

Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucro	Lucros Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 01.01.2010	242.845	(152.490)	81.290	(1.303)	1.296	171.638	83.673	255.311
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Ajustado em 01.01.2010	242.845	(152.490)	81.290	(1.303)	1.296	171.638	83.673	255.311
Lucro / Prejuízo do Período				150.776		150.776	22.529	173.305
Ajustes de Avaliação Patrimonial						-		-
Ajuste de Aplicação Financeira					133	133		133
Aumento/Redução do Capital Social	32.209	4.587				36.796		36.796
Constituição/Realização Reservas Capital		3.686				3.686		3.686
Ações em Tesouraria					1.694	1.694		1.694
Outras Transações de Capital						-		-
Outros						-		-
Saldo em 30.09.2010	275.054	(144.217)	81.290	149.473	3.123	364.723	106.202	470.925